

69

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
quarto trimestre de 2025

CENTRO

DE PORTUGAL

**CC
DR** **CENTRO**

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO CENTRO, I.P.

69

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2025

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro, I.P.

Responsável Técnico

Unidade de Planeamento e
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Março de 2026
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural
encontra-se também em

<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços
- 24 Consumo Privado
- 26 Políticas Públicas no Centro - Plano de
Recuperação e Resiliência
- 35 Políticas Públicas no Centro - Portugal 2030

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No quarto trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 1,9%, justificado pelo contributo positivo da procura interna que superou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,8%, valor igual ao do período anterior, mas inferior ao do período homólogo. Já o nível de preços atingiu os 2,2%, tendo desacelerado em relação ao mesmo trimestre de 2024 e ao trimestre anterior. A confiança dos consumidores manteve-se negativa, mas melhorou face aos trimestres precedentes e homólogo. O indicador de clima económico permaneceu positivo, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores. O euro acentuou a valorização face ao dólar, contrariando a depreciação verificada no período homólogo.

Relativamente à Região Centro, o mercado de trabalho regional continuou a evoluir de forma favorável, em resultado dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumentou face ao período homólogo, o que sucede há mais de dois anos consecutivos.

No setor empresarial regional registaram-se aumentos homólogos nas constituições e nas ações de insolvência de empresas. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer, o que já sucede há quatro anos consecutivos. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou na região, após quatro trimestres sem alteração. No setor da construção, os indicadores das obras concluídas apresentaram uma evolução positiva, enquanto o licenciamento evoluiu negativamente. Em ambos os casos, os novos fogos para habitação familiar evoluíram em contra-ciclo. A nível nacional, o setor contraiu-se, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que aumentaram. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido acelerou, enquanto os empréstimos vencidos registaram uma quebra significativa.

Na atividade turística, os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a crescer na região, tendo acelerado face ao trimestre anterior, mas desacelerado bastante face ao trimestre homólogo. Já a estada média na região diminuiu face a igual período do ano anterior e aos dois períodos precedentes.

O comércio internacional de bens, neste trimestre, evoluiu favoravelmente na região, decorrente do crescimento homólogo real das saídas e da contração das entradas. A variação regional das saídas reflete o contributo positivo tanto do mercado intracomunitário, como do extracomunitário. Já a variação regional negativa das entradas de bens foi explicada pela diminuição significativa do mercado extracomunitário, uma vez que o mercado intracomunitário se manteve praticamente inalterado. A nível nacional assistiu-se a uma diminuição quer das saídas, quer das entradas de bens.

O Índice de Preços no Consumidor desacelerou na Região Centro e em Portugal face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior. A maioria dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções positivas face ao período homólogo de 2024.

No PORTUGAL 2030, a 31 de dezembro de 2025, estavam aprovados 2,4 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 3,8 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro (tratam-se apenas das operações com investimento integral no Centro). Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O Programa Temático PESSOAS 2030 era responsável por 37,5% dos apoios aprovados e o Programa Regional Centro 2030 por 33,4%. O FEDER passou, neste trimestre, a ser o fundo mais expressivo na região, financiando 44,3% dos montantes aprovados, logo seguido do FSE+ com 43,5%.

Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a 31 de dezembro de 2025, estavam aprovados 3.958,2 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3,8 mil milhões de euros estavam já contratados (tratam-se apenas de investimentos aplicados diretamente na Região Centro). Os projetos contratados totalizavam 75.746 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1,7 mil milhões de euros, o que corresponde a 44,0% do valor contratado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

1,9%

foi a variação
homóloga real do PIB

2,2%

foi a taxa de inflação
homóloga

No quarto trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 1,9%, justificado pelo contributo positivo da procura interna que superou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional foi de 5,8%, valor igual ao do período anterior, mas inferior ao do período homólogo. Já o nível de preços atingiu os 2,2%, tendo desacelerado em relação ao mesmo trimestre de 2024 e ao trimestre anterior. A confiança dos consumidores manteve-se negativa, mas melhorou face aos trimestres precedentes e homólogo. O indicador de clima económico permaneceu positivo, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores. O euro acentuou a valorização face ao dólar, contrariando a depreciação verificada no período homólogo.

No quarto trimestre de 2025, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 1,9% (que compara com 2,2% no trimestre anterior e 2,6% no quarto trimestre de 2024). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (2,9 pontos percentuais), que superou o contributo negativo da procura externa líquida (-1,0 pontos percentuais).

Assim, a procura interna aumentou 2,9% em termos homólogos reais, após um crescimento de 3,6% no trimestre anterior e de 3,4% no trimestre homólogo de 2024. Face ao trimestre anterior, verificou-se uma desaceleração do consumo das famílias (2,8% face a 3,9%), uma ligeira aceleração do consumo público (1,8% em relação a 1,7%) e um abrandamento do investimento (4,1% que compara com 4,3%).

O contributo negativo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre, apesar de menos acentuado que o observado nos restantes trimestres de 2025, resultou da diminuição das exportações de bens e serviços e do aumento das importações. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de -0,7%, que contrariou o ligeiro acréscimo de 0,6% no trimestre precedente, com ambas as componentes a registarem variações negativas (-0,8% nos bens e -0,5% nos serviços). Já as importações de bens e serviços aumentaram 1,4% em termos homólogos reais (abrandando face ao acréscimo de 3,6% no trimestre anterior), variação determinada pelo crescimento das exportações de bens (0,3%) e, principalmente, de serviços (6,1%).

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	1,9	2,2	1,7	1,6	2,6	1,9	2,2
Procura interna	v. h. (%)	2,9	3,6	4,0	4,1	3,4	3,7	2,9
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,8	3,9	3,7	3,8	4,2	3,6	3,0
Formação bruta de capital	v. h. (%)	4,1	4,3	7,1	7,3	3,2	5,7	3,8
Taxa de investimento	%	20,9	22,0	21,4	21,1	20,5	21,4	20,6
Exportações	v. h. (%)	-0,7	0,6	-0,2	1,8	3,8	0,4	3,2
Importações	v. h. (%)	1,4	3,6	4,7	7,3	5,5	4,2	4,7
VAB	v. h. (%)	1,4	2,1	1,8	1,6	2,4	1,7	2,1
Taxa de desemprego	%	5,8	5,8	5,9	6,6	6,7	6,0	6,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,2	2,6	2,2	2,3	2,6	2,3	2,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-14,5	-16,6	-17,5	-16,1	-15,0	-16,2	-17,0
Indicador de clima económico	%	3,0	2,9	2,5	2,7	2,5	2,8	2,1
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,163	1,168	1,134	1,052	1,067	1,129	1,082
	v. h. (%)	9,0	6,3	5,3	-3,1	-0,8	4,4	0,0

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD - Dólar dos Estados Unidos EUR - Euro

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,4% em termos homólogos reais (que compara com 2,1% no trimestre anterior e 2,4% no quarto trimestre de 2024). Neste período, apenas o ramo da “agricultura, silvicultura e pesca” registou uma variação homóloga real negativa de -4,6%. Os restantes sete ramos de atividade apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se, com o crescimento mais elevado, a “energia, água e saneamento” (3,6%) e os “transportes e armazenagem; informação e comunicação” (2,8%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional foi de 5,8%, valor igual ao do trimestre precedente, mas inferior em 0,9 pontos percentuais ao valor do trimestre homólogo de 2024. Estimavam-se 326,3 mil desempregados no país, o que traduz uma diminuição trimestral de cerca de 300 pessoas e homóloga de 42 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 20,2% estavam empregadas no trimestre anterior, 27,6% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e as restantes 52,2% já estavam desempregadas no período antecedente. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 36,2% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 47,7% de curta duração (até 11 meses).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, cresceu 2,2%, neste trimestre, tendo desacelerado face ao período anterior e homólogo. Das 12 classes de consumo, apenas duas registaram variações negativas na comparação homóloga: as “comunicações” (-3,5%) e o “vestuário e calçado” (-1,6%). Com as taxas de variação homóloga mais elevadas destacavam-se os “restaurantes e hotéis” (5,7%), a “educação” (4,3%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, continuaram negativas, mas melhoraram em comparação com os trimestres anteriores e homólogo. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se positiva neste trimestre, superando o valor dos períodos homólogo e anteriores.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga de 9,0%, neste trimestre, intensificando a valorização do euro face ao dólar observada nos dois trimestres anteriores e contrariando a desvalorização ocorrida no trimestre homólogo. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

4,7%

foi a taxa de
desemprego regional

5,4%

foi o aumento
homólogo do salário
médio líquido mensal
dos trabalhadores por
conta de outrem

No quarto trimestre de 2025, o mercado de trabalho regional continuou a evoluir de forma favorável, em resultado dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem aumentou face ao período homólogo, o que sucede há mais de dois anos consecutivos.

No quarto trimestre de 2025, a taxa de atividade da população em idade ativa⁵, na Região Centro, foi de 59,3%, representando um aumento homólogo de 1,9 pontos percentuais e intensificando o comportamento positivo registado desde o início de 2025 (que inverteu um ano de quebras homólogas sucessivas). Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional de 61,2%. A taxa de atividade dos homens, como habitualmente, foi mais elevada do que a das mulheres (63,2% contra 55,7%, respetivamente).

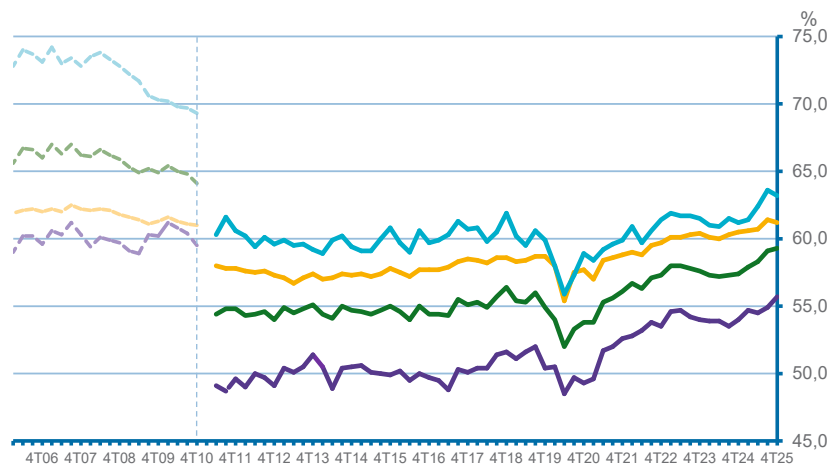
Neste trimestre, a população ativa⁶ da Região Centro ascendia a 1.205,7 mil indivíduos, tendo aumentado 5,4% face a igual período do ano anterior, evolução que reforçou o crescimento verificado há mais de quatro anos. Já os inativos⁷ totalizavam 867,8 mil indivíduos, representando uma diminuição de 2,2% face ao trimestre homólogo e dando continuidade ao comportamento negativo observado nos dois períodos precedentes, que havia infletido mais de um ano de aumentos homólogos consecutivos. Esta variação homóloga negativa nos inativos decorre do decréscimo dos domésticos (-8,5%) e dos reformados (-3,6%), tendo sido contrariada pela variação positiva dos estudantes (6,3%).

⁵ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁶ Para a série do inquérito ao emprego de 2021, segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

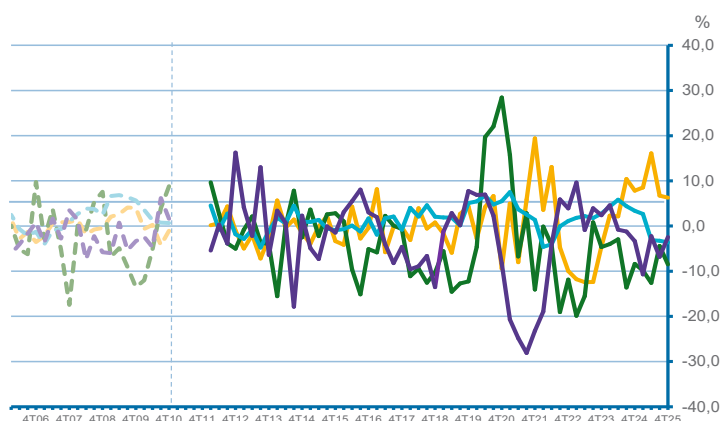
⁷ A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos e dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



	IE série 1998	IE série 2021
Portugal		
Centro		
Centro - Homens		
Centro - Mulheres		

População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)⁸



⁸ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024	
								média trimestral	
Taxa de atividade									
Portugal	%	61,2	61,4	60,7	60,6	60,5	61,0	60,2	
Centro	%	59,3	59,1	58,3	57,9	57,4	58,6	57,3	
	v. h. (p.p.)	1,9	1,8	1,1	0,6	-0,2	1,3	-0,6	
População ativa – Centro	milhares	1.205,7	1.194,0	1.175,1	1.162,7	1.144,4	1.184,4	1.135,1	
	v. h. (%)	5,4	5,1	3,9	3,0	1,2	4,3	0,5	
População inativa – Centro	milhares	867,8	865,2	877,3	881,6	887,2	873,0	883,3	
	v. h. (%)	-2,2	-2,2	-0,6	0,4	2,0	-1,2	2,8	
Estudantes	milhares	161,1	157,5	172,5	159,4	151,6	162,6	148,7	
	v. h. (%)	6,3	6,7	16,1	8,5	7,8	9,3	5,6	
Domésticos	milhares	68,9	71,4	66,6	71,4	75,3	69,6	76,3	
	v. h. (%)	-8,5	-4,4	-12,6	-9,8	-8,4	-8,8	-7,4	
Reformados	milhares	511,3	509,3	507,4	525,1	530,5	513,3	523,1	
	v. h. (%)	-3,6	-3,3	-3,1	2,7	3,4	-1,9	4,5	
Outros	milhares	126,5	126,9	130,8	125,7	129,7	127,5	135,1	
	v. h. (%)	-2,5	-6,8	-2,2	-10,7	-3,4	-5,6	-0,2	

A taxa de emprego⁹ da Região Centro, no quarto trimestre de 2025, foi de 56,5%, traduzindo um aumento de 2,5 pontos percentuais face a igual trimestre do ano anterior e acelerando o crescimento homólogo ocorrido nos três primeiros trimestres de 2025 (que havia interrompido um ano de diminuições homólogas sucessivas). Esta taxa regional foi inferior à taxa de emprego do país (57,7%).

⁹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.148,7 mil indivíduos, o que representou um acréscimo de 6,7% face ao período homólogo. Esta variação acelerou o crescimento observado desde o trimestre homólogo de 2024. Das oito categorias de empregados analisadas, verificaram-se aumentos homólogos na quase totalidade, destacando-se, com os acréscimos mais significativos, o emprego do setor terciário (11,6%), os empregados dos 45 aos 89 anos (7,0%) e as mulheres empregadas (6,8%). Apenas o emprego no setor secundário apresentou uma variação negativa (de -3,7%).

¹⁰ A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

¹¹ Importa referir que, segundo o INE, a população empregada que trabalha a partir de casa abrange, não só os indivíduos em teletrabalho, como a população que trabalha em casa com recurso a computador e/ou *smartphone*, mas sem utilização de qualquer tipo de tecnologia de informação e de comunicação (VPN, correio eletrónico, ligação remota, videoconferência, aplicações *web*, extranet, pastas partilhadas na nuvem ou outro tipo) e ainda os que trabalham sem recurso a qualquer daqueles equipamentos.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o crescimento da população empregada no trimestre, uma vez que, representando 85% deste universo, aumentaram 6,6% em termos homólogos. Esta variação regional positiva intensificou o crescimento verificado desde o primeiro trimestre de 2025. O crescimento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem foi explicado pelos acréscimos nos trabalhadores com ensino superior (13,5%) e com ensino secundário e pós-secundário (8,5%) como habilitação, nos trabalhadores contratados sem termo (9,6%) e nos que desempenham as suas funções a tempo completo (7,6%). Apenas em três das categorias analisadas ocorreram decréscimos homólogos, destacando-se a diminuição da população empregada contratada a termo (-9,7%) e a tempo parcial (-9,3%).

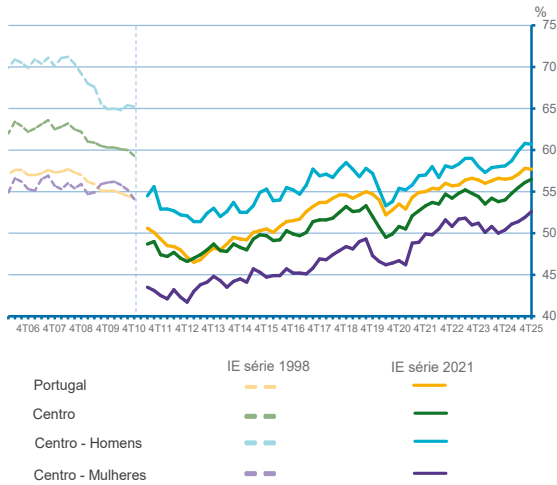
Também os trabalhadores por conta própria contribuíram para o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento de 5,9% face ao período homólogo e mantendo o comportamento positivo registado há mais de um ano sucessivo, embora em desaceleração face aos períodos anteriores. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva quer dos empregadores (7,7%), quer dos trabalhadores isolados (4,9%).

A população empregada na região que trabalhou a partir de casa¹⁰, no quarto trimestre de 2025, totalizou 225,1 mil indivíduos, representando 19,6% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam a partir de casa, 95,4% (214,7 mil indivíduos) estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para desempenhar as suas funções neste contexto¹¹. O teletrabalho abrangeu, assim, 18,7% do total da população empregada na região, representando uma quota mais elevada do que a do trimestre homólogo (16,0%).

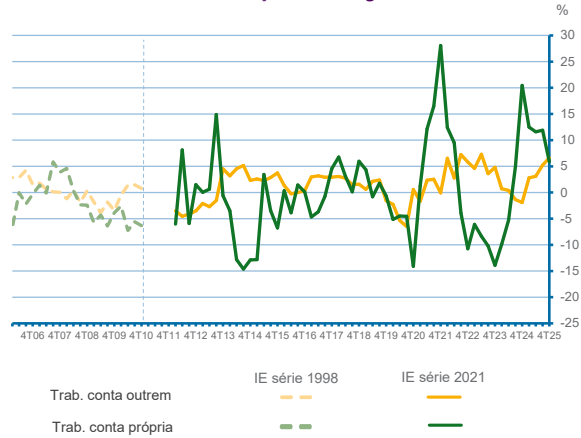
Quadro 3 – Emprego		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
							média trimestral	
Taxa de emprego								
Portugal	%	57,7	57,8	57,1	56,6	56,5	57,3	56,4
Centro	%	56,5	56,1	55,5	54,8	54,0	55,7	53,9
	v. h. (p.p.)	2,5	2,3	1,3	1,3	-0,4	1,8	-0,9
População empregada – Centro								
	milhares	1.148,7	1.134,6	1.117,6	1.099,8	1.076,9	1.125,2	1.067,2
	v. h. (%)	6,7	6,3	4,4	4,3	0,7	5,4	-0,3
Homens	v. h. (%)	6,5	6,9	5,8	4,9	1,8	6,0	0,3
Mulheres	v. h. (%)	6,8	5,8	2,9	3,8	-0,3	4,8	-0,9
16 - 24 anos	v. h. (%)	4,6	9,2	0,9	-1,3	-5,7	3,6	-11,0
25 - 44 anos	v. h. (%)	6,5	7,4	4,1	6,5	1,3	6,1	1,4
45 - 89 anos	v. h. (%)	7,0	5,3	4,9	3,2	1,0	5,1	-0,4
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	2,9	-23,1	-16,5	-27,1	-18,1	-16,6	-11,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-3,7	-0,8	0,9	1,5	3,8	-0,5	2,2
Serviços	v. h. (%)	11,6	11,3	7,1	7,6	0,5	9,4	-0,7
Trabalhadores por conta de outrem – Centro								
	milhares	974,1	954,8	943,5	926,7	913,7	949,8	909,5
	v. h. (%)	6,6	5,2	3,1	2,8	-1,9	4,4	-0,5
Contratos sem termo	v. h. (%)	9,6	6,7	4,4	4,5	0,0	6,3	1,6
Contratos com termo	v. h. (%)	-9,7	1,1	-4,7	-6,2	-11,8	-5,0	-11,3
Tempo completo	v. h. (%)	7,6	6,4	4,7	3,3	-1,9	5,5	-0,4
Tempo parcial	v. h. (%)	-9,3	-16,6	-19,9	-4,4	-2,5	-12,5	-3,2
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	x
Básico	v. h. (%)	-0,7	-8,7	-13,3	-13,9	-13,7	-9,4	-10,1
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	8,5	11,4	10,4	7,6	2,2	9,4	7,4
Superior	v. h. (%)	13,5	14,4	14,3	18,5	5,8	15,1	2,8
Trabalhadores por conta própria – Centro								
	milhares	169,0	170,4	167,4	164,1	159,6	167,7	151,9
	v. h. (%)	5,9	11,9	11,6	12,5	20,5	10,4	1,6
Isolados	v. h. (%)	4,9	11,3	13,8	6,3	17,4	9,0	-3,6
Empregadores	v. h. (%)	7,7	12,9	7,8	25,7	26,5	13,0	13,0

x: Não disponível

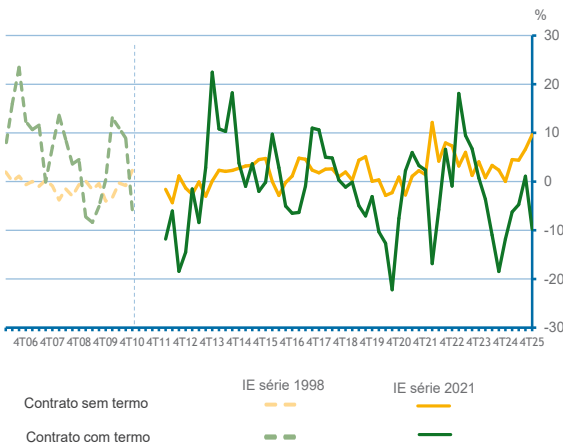
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



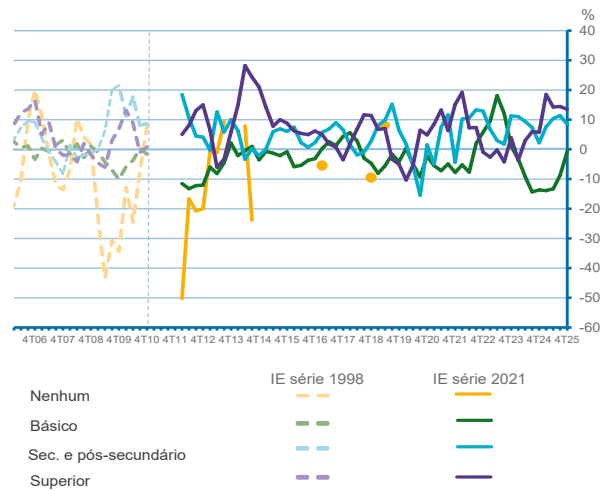
População empregada no Centro por situação na profissão¹²
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³



A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro fixou-se nos 4,7%, no quarto trimestre de 2025, o que refletiu uma diminuição homóloga de 1,2 pontos percentuais e prosseguiu a variação negativa verificada nos restantes trimestres de 2025, após mais de um ano de acréscimos homólogos. Esta taxa permaneceu inferior à média nacional (de 5,8%), o que já sucede desde o trimestre homólogo de 2024. A taxa de desemprego regional das mulheres diminuiu 1,2 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, mas continuou a superar a dos homens (5,5% contra 4,0%, respetivamente). A taxa de desemprego jovem (16-24 anos) na região cifrou-se nos 20,9%, tendo diminuído 2,2 pontos percentuais face ao quarto trimestre de 2024.

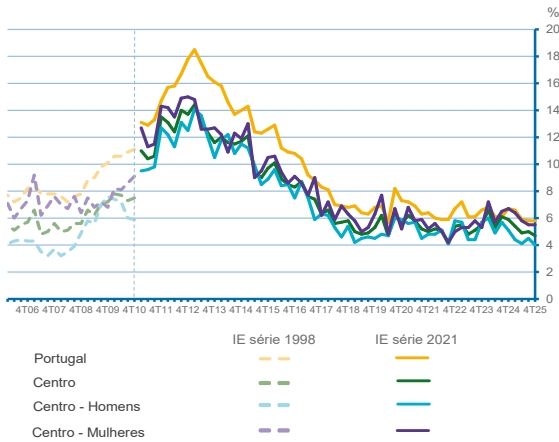
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

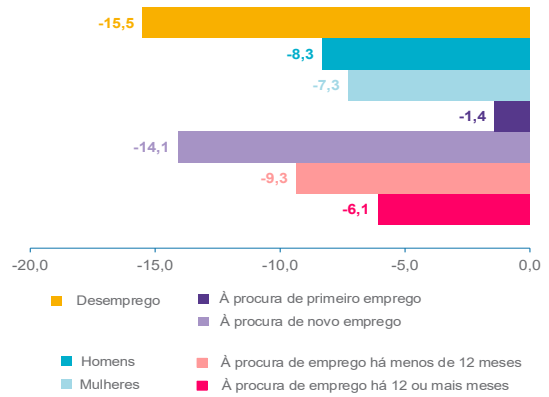
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 57,0 mil indivíduos, o que representou uma significativa redução homóloga (-15,5%), prossequindo as variações negativas observadas nos três trimestres anteriores, que interromperam mais de um ano de aumentos homólogos sucessivos. Todas as categorias de desempregados analisadas registaram quebras homólogas, salientando-se pelas mais expressivas os desempregados há 12 ou mais meses (-21,1%), os desempregados do sexo masculino (-18,7%) e os desempregados à procura de novo emprego (-17,0%). Os desempregados à procura de novo emprego foram também os que mais contribuíram para a variação regional da taxa de desemprego no trimestre, com um contributo de -14,1 pontos percentuais.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2025 (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	5,8	5,8	5,9	6,6	6,7	6,0	6,4	
Centro	%	4,7	5,0	4,9	5,4	5,9	5,0	6,0	
	v. h. (p.p.)	-1,2	-1,1	-0,4	-1,2	0,4	-1,0	0,8	
Homens	%	4,0	4,5	4,1	4,4	5,1	4,2	5,5	
Mulheres	%	5,5	5,5	5,8	6,4	6,7	5,8	6,5	
16 - 24 anos	%	20,9	x	x	23,1	23,1	19,7	23,0	
25 - 44 anos	%	x	x	x	x	6,0	x	6,1	
45 - 89 anos	%	x	x	x	x	3,7	x	3,8	
População desempregada – Centro		milhares	57,0	59,4	57,5	62,9	67,4	59,2	67,9
	v. h. (%)	-15,5	-14,9	-4,3	-15,5	8,1	-12,8	14,7	
Homens	v. h. (%)	-18,7	-17,9	-13,2	-24,1	-9,1	-18,7	8,2	
Mulheres	v. h. (%)	-13,1	-11,8	3,1	-8,0	27,6	-7,7	20,9	
16 - 24 anos	v. h. (%)	-8,3	x	x	-17,3	17,4	-14,5	27,7	
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	16,2	
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	5,1	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-8,1	15,7	12,3	-26,9	-6,7	-5,5	7,3	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-17,0	-19,0	-6,9	-13,0	11,8	-14,1	16,1	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-13,1	-12,3	0,3	-23,4	10,1	-13,2	19,5	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-21,1	-20,0	-11,9	4,3	2,6	-12,4	5,9	

x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem na Região Centro fixou-se nos 1.255 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 5,4%. Esta evolução do salário médio líquido mensal manteve a tendência de crescimento observada há mais de dois anos consecutivos, embora a um menor ritmo face aos trimestres homólogo e anteriores. Todavia, o salário médio regional permaneceu abaixo do salário médio nacional (1.314 euros).

Quadro 5 – Salários		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.314	1.298	1.264	1.250	1.226	1.282	1.185
	v. h. real (%)	4,8	6,0	4,9	7,2	9,5	5,7	7,5
Centro	€	1.255	1.258	1.212	1.184	1.165	1.228	1.125
	v. h. real (%)	5,4	7,4	5,5	8,3	10,8	6,7	7,8

DESEMPREGO REGISTRADO

-6,1%

foi a variação homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

71

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego da região

No quarto trimestre de 2025, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao mesmo período do ano anterior. Também os novos desempregados diminuíram e pelo terceiro trimestre consecutivo. As colocações realizadas pelo IEFP aumentaram significativamente face ao período homólogo, intensificando o crescimento observado nos três primeiros trimestres do ano.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), da Região Centro, 55,2 mil desempregados, refletindo uma diminuição homóloga de 6,1%. Esta contração do número de desempregados na região intensificou o decréscimo observado nos dois trimestres anteriores, que havia invertido dois anos de aumentos homólogos sucessivos.

Para tal, contribuiu a diminuição homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-7,4%), que prosseguiu o comportamento negativo dos dois períodos precedentes. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 328 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, aproximadamente menos 26 do que no trimestre homólogo de 2024.

As colocações efetuadas pelo IEFP na região registaram, no quarto trimestre de 2025, um crescimento homólogo de 19,9%, acentuando a trajetória positiva verificada desde o início do ano. Em termos médios, ocorreram cerca de 71 colocações por dia na região (mais 12 do que em igual trimestre de 2024).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	55,2	56,5	56,5	61,5	58,8	57,4	58,6
	v. h. (%)	-6,1	-2,9	-2,6	3,7	3,8	-2,0	5,3
Novos desempregados**	milhares	29,5	29,5	25,6	33,6	31,9	29,6	30,7
	v. h. (%)	-7,4	-5,8	-7,1	5,0	1,3	-3,7	3,9
Colocações do IEFP**	milhares	6,4	7,9	7,0	7,8	5,4	7,3	6,5
	v. h. (%)	19,9	8,0	10,2	11,5	-24,1	11,9	-14,6

* valores médios trimestrais

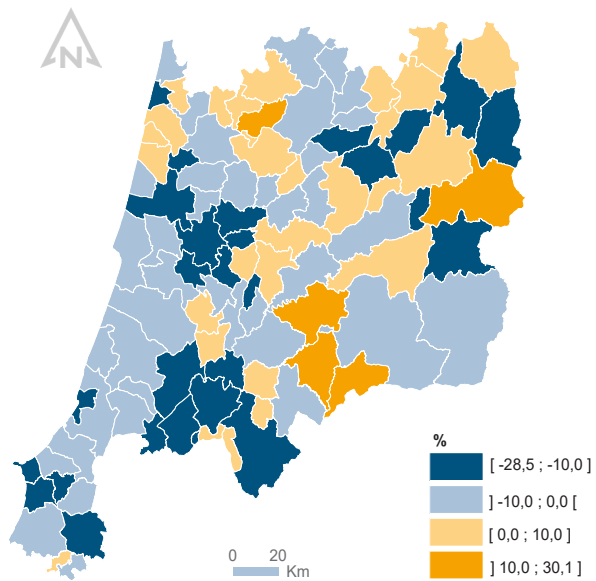
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que, em 67 dos 100 municípios da região, o desemprego diminuiu face a igual período do ano anterior, destacando-se, com os decréscimos mais significativos, o Entroncamento (-28,5%), Ourém (-27,1%), Alcanena (-25,0%), Penamacor (-23,1%) e Cantanhede (-21,6%). Nos restantes 33 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com os acréscimos homólogos mais significativos, Vouzela (30,1%), Oleiros (26,2%) e Sabugal (25,4%).

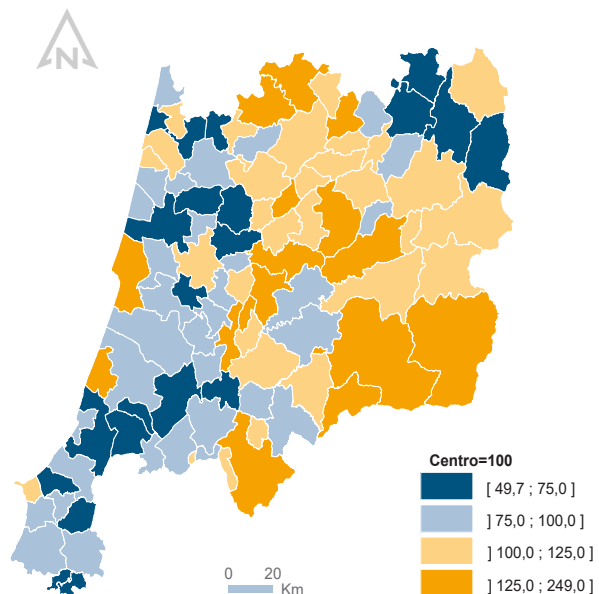
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{RC}}} * 100$, sendo m determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2024.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 54 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. O município mais bem posicionado era Ourém (49,7), com menos de metade do desemprego registado da média regional. Dos 46 municípios com índices superiores à média regional, manteve-se em destaque o município de Idanha-a-Nova (249,0), com mais do dobro da referida média.

Varição homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2025



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2025¹⁵



EMPRESAS

7,9%

foi o aumento homólogo das constituições de empresas na região

19,5%

foi o crescimento homólogo das ações de insolvência de empresas na região

No quarto trimestre de 2025, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos nas constituições e nas ações de insolvência de empresas. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a decrescer, o que já sucede há quatro anos consecutivos. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou na região, após quatro trimestres sem alteração.

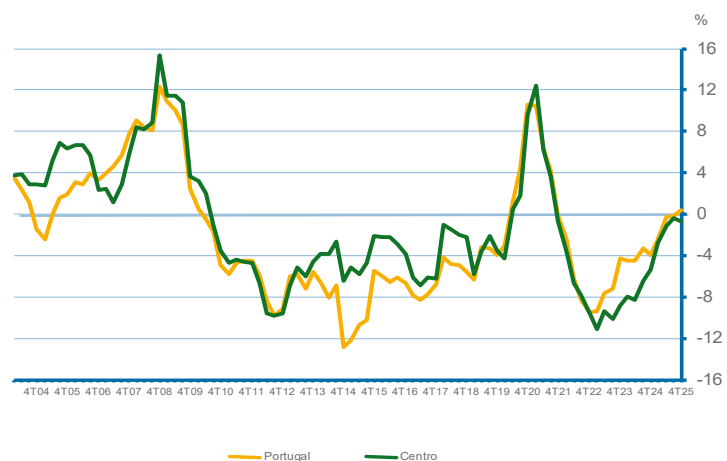
Na região foram constituídas 2.031 novas empresas, neste trimestre, o que se traduziu num acréscimo de 7,9% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional manteve a trajetória positiva observada há dois anos consecutivos, embora em desaceleração face aos dois trimestres anteriores, e superou o crescimento do país (que foi de 5,8%). Em termos médios, foram criadas cerca de 23 novas empresas, por dia, na região, contribuindo para as 139 constituídas, diariamente, no país.

Também as ações de insolvência¹⁶ de empresas aumentaram face a igual período do ano anterior, tendo-se observado um crescimento de 19,5% no Centro, muito acima da média de Portugal (de 2,4%). Esta evolução regional das ações de insolvência contrariou a diminuição registada nos dois trimestres anteriores e no trimestre homólogo de 2024. Em Portugal, ocorreram cerca de 12 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

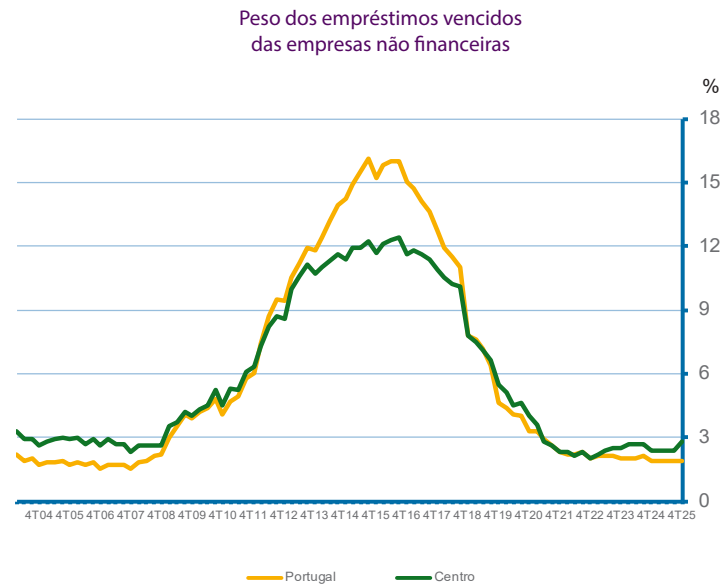
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Os empréstimos concedidos pela banca a empresas não financeiras continuaram a diminuir na região, no quarto trimestre de 2025, o que ocorre há quatro anos. Assim, neste trimestre, registou-se, na região, um decréscimo homólogo real de 0,7%, variação ligeiramente mais significativa que a observada no período precedente, mas menos acentuada do que a do período homólogo e a dos dois primeiros trimestres de 2025. Em contraste, no país assistiu-se a um acréscimo homólogo real de 0,4% nos empréstimos concedidos às empresas, tendência que já não se verificava desde meados de 2021.

Empréstimos concedidos a empresas não financeiras (variação homóloga real)



Neste trimestre, o incumprimento das empresas em termos de crédito bancário, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às empresas não financeiras, aumentou na região face aos restantes trimestres do ano e ao trimestre homólogo, tendo-se fixado nos 2,8%. Este peso regional também foi superior à média nacional de 1,9% (que se mantém inalterada desde o trimestre homólogo de 2024).



Quadro 7 – Empresas		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	12.536	12.492	12.875	15.407	11.846	13.328	12.738	
	v. h. (%)	5,8	8,9	2,5	2,2	1,6	4,6	1,7	
Centro	número	2.031	1.953	2.141	2.588	1.882	2.178	2.002	
	v. h. (%)	7,9	9,7	10,5	7,5	7,4	8,8	7,2	
Empréstimos concedidos a empresas não financeiras*									
Portugal	milhões €	74.074	74.181	74.133	72.608	72.163	73.749	72.525	
	v. h. real (%)	0,4	-0,2	-0,3	-2,4	-4,0	-0,6	-4,1	
Centro	milhões €	12.662	12.798	12.757	12.652	12.470	12.717	12.581	
	v. h. real (%)	-0,7	-0,3	-1,1	-2,7	-5,3	-1,2	-7,0	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0	
Centro	%	2,8	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,6	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.048	853	998	1.094	1.023	998	994	
	v. h. (%)	2,4	7,4	-11,0	5,6	-9,1	0,5	-3,4	
Centro	número	208	130	170	201	174	177	171	
	v. h. (%)	19,5	-4,4	-20,6	24,8	-12,6	3,5	-9,3	

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

1,4%

foi a variação
homóloga real das
saídas de bens da
região

-1,5%

foi a variação
homóloga real das
entradas de bens na
região

No quarto trimestre de 2025, o comércio internacional de bens evoluiu favoravelmente na região, decorrente do crescimento homólogo real das saídas e da contração das entradas. A variação regional das saídas reflete o contributo positivo tanto do mercado intracomunitário, como do extracomunitário. Já a variação regional negativa das entradas de bens foi explicada pela diminuição significativa do mercado extracomunitário, uma vez que o mercado intracomunitário se manteve praticamente inalterado. A nível nacional assistiu-se a uma diminuição quer das saídas, quer das entradas de bens.

As saídas de bens da Região Centro observaram, neste trimestre, um aumento homólogo real¹⁷ de 1,4%, mantendo a tendência positiva observada há mais de um ano e contrariando o decréscimo nacional das saídas (de -1,6%). Para esta evolução ocorrida na região contribuíram tanto o mercado intracomunitário, como o extracomunitário, destacando-se mais significativamente o crescimento deste último (4,7%).

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2021).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	19.117,3	19.205,7	19.902,4	21.086,6	19.673,0	19.828,0	19.723,8
	v. h. real (%)	-1,6	0,8	-0,1	8,6	4,3	1,9	3,2
Intracomunitárias	milhões €	13.892,3	13.684,5	14.379,7	15.387,6	13.934,5	14.336,0	14.000,9
	v. h. real (%)	1,0	0,9	1,5	12,1	6,3	3,8	4,5
Extracomunitárias	milhões €	5.225,0	5.521,2	5.522,6	5.699,0	5.738,5	5.492,0	5.722,9
	v. h. real (%)	-7,8	0,8	-4,0	0,3	-0,4	-2,7	0,3
Centro	milhões €	3.760,2	3.508,6	3.794,3	3.806,3	3.753,5	3.717,3	3.697,0
	v. h. real (%)	1,4	0,1	0,7	5,6	4,6	2,0	-0,4
Intracomunitárias	milhões €	2.738,0	2.652,0	2.891,7	2.866,6	2.765,2	2.787,1	2.770,0
	v. h. real (%)	0,3	0,9	1,0	6,0	3,1	2,0	-1,8
Extracomunitárias	milhões €	1.022,2	856,6	902,6	939,7	988,3	930,3	927,0
	v. h. real (%)	4,7	-2,4	-0,1	4,4	9,0	1,8	4,0
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	26.915,3	28.432,5	28.682,0	27.382,2	28.081,8	27.853,0	26.810,9
	v. h. real (%)	-1,9	8,2	9,5	7,8	9,8	5,8	6,0
Intracomunitárias	milhões €	21.149,1	21.421,0	21.822,2	20.813,6	21.265,9	21.301,5	19.969,1
	v. h. real (%)	1,7	11,5	14,0	7,9	9,2	8,6	5,9
Extracomunitárias	milhões €	5.766,2	7.011,5	6.859,7	6.568,6	6.815,9	6.551,5	6.841,8
	v. h. real (%)	-13,4	-0,6	-2,6	7,5	11,6	-2,5	6,3
Centro	milhões €	3.407,0	3.416,0	3.708,9	3.501,4	3.539,1	3.508,3	3.437,1
	v. h. real (%)	-1,5	3,8	5,9	7,7	8,7	3,9	3,0
Intracomunitárias	milhões €	2.646,1	2.565,8	2.820,0	2.719,9	2.704,1	2.688,0	2.626,6
	v. h. real (%)	0,1	3,3	4,9	8,8	4,6	4,2	0,7
Extracomunitárias	milhões €	760,9	850,2	888,9	781,5	834,9	820,4	810,5
	v. h. real (%)	-6,8	5,6	9,4	4,3	24,3	3,1	11,5

* Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 92% e 89% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

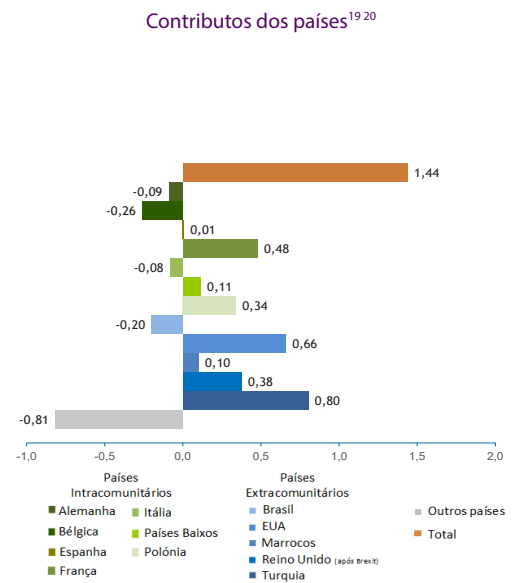
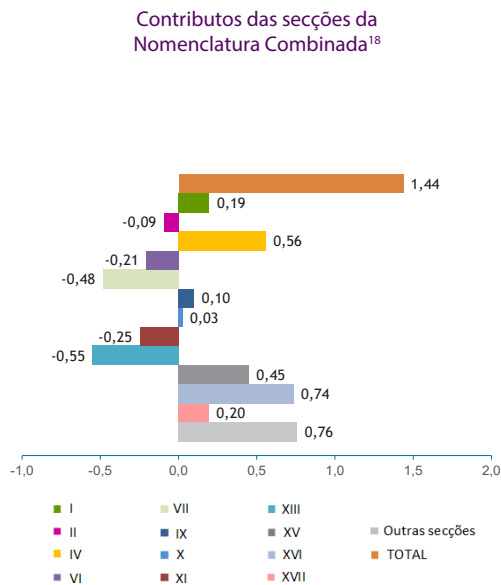
¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto cerca de 80% e 84% do total das saídas e das entradas de bens na região.

²⁰ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as 12 secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, sete destas secções tiveram uma evolução positiva, destacando-se, com um contributo conjunto de 1,75 pontos percentuais, as secções XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”, IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano” e XV “metais comuns e suas obras”. Já as restantes cinco secções contrariaram este comportamento regional, salientando-se, com os contributos negativos mais significativos, as secções XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-0,55 pontos percentuais) e VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-0,48 pontos percentuais).

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que a maioria dos países analisados contribuíram para a variação homóloga real positiva registada no trimestre. Assim, no mercado intracomunitário, destacaram-se a França e a Polónia, com um contributo conjunto de 0,82 pontos percentuais, e no mercado extracomunitário, sobressaem a Turquia e os Estados Unidos da América (EUA) que justificaram em 1,46 pontos percentuais a variação regional das saídas de bens. Apenas quatro dos países analisados contrariaram a evolução regional positiva das saídas de bens, evidenciando-se a Bélgica, no mercado intracomunitário, e o Brasil, no mercado extracomunitário, com contributos de -0,26 pontos percentuais e de -0,20 pontos percentuais, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2025 (%)

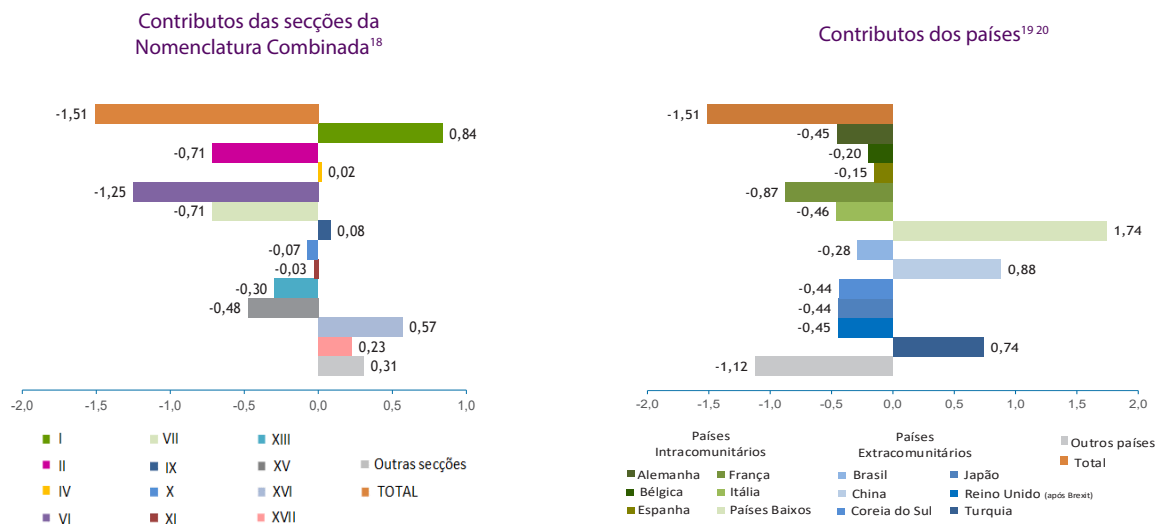


As entradas de bens na Região Centro registaram, face a igual período do ano anterior, uma diminuição real de 1,5%, acompanhando a evolução nacional (de -1,9%) e invertendo as variações homólogas reais positivas observadas há mais de um ano consecutivo. Esta evolução foi explicada pela contração homóloga das entradas oriundas do mercado extracomunitário (-6,8%), tendo, no entanto, sido contrariada pelo aumento marginal das entradas provenientes dos países da União Europeia (0,1%).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, sete destes grupos de produtos contribuíram negativamente para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de -2,68 pontos percentuais, três destas secções: VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas”; II “produtos do reino vegetal” e VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”. As restantes cinco secções analisadas tiveram um contributo positivo, destacando-se, com as contribuições mais expressivas, as secções I “animais vivos e produtos do reino animal” (0,84 pontos percentuais) e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (0,57 pontos percentuais).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que foram a França, a Itália e a Alemanha, no mercado intracomunitário, e o Reino Unido, a Coreia do Sul e o Japão, no mercado extracomunitário, que mais justificaram a variação regional negativa das entradas de bens. Estes seis países, em conjunto, contribuíram em -3,12 pontos percentuais para a variação total. A contrariar esta evolução negativa surgem apenas os Países Baixos, no mercado intracomunitário, com um expressivo contributo de 1,74 pontos percentuais, e a China e a Turquia, no mercado extracomunitário, com contributos de 0,88 pontos percentuais e de 0,74 pontos percentuais, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2025 (%)



TURISMO

1,8 milhões

de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região

121,8 milhões de euros

foram os proventos desses estabelecimentos

No quarto trimestre de 2025, os hóspedes, as dormidas e os proventos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a crescer na região, tendo acelerado face ao trimestre anterior, mas desacelerado bastante face ao trimestre homólogo. Já a estada média na região diminuiu face a igual período do ano anterior e aos dois períodos precedentes

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²¹ da Região Centro acolheram 1,1 milhões de hóspedes, traduzindo um aumento homólogo de 4,0%, acima da média nacional (2,9%). Este crescimento, apesar de menos expressivo do que o do trimestre homólogo, intensificou o comportamento positivo do trimestre anterior e prosseguiu a tendência de acréscimo observada há mais de quatro anos consecutivos. Se considerarmos apenas a hotelaria (excluindo, assim, o turismo no espaço rural, de habitação e o alojamento local), o crescimento dos hóspedes, na região, foi ligeiramente mais elevado (4,1%), tendo também acelerado face ao período precedente.

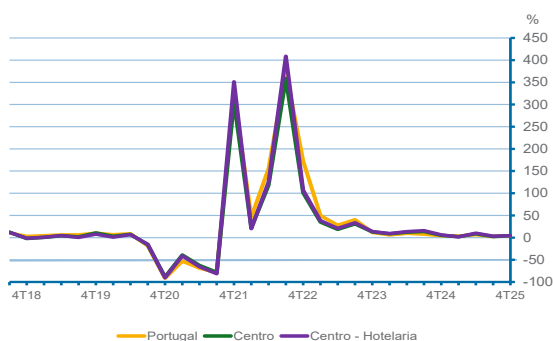
As dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região atingiram os 1,8 milhões, registando, assim, um aumento face ao período homólogo (1,5%), inferior ao da média nacional (1,9%). Este crescimento das dormidas acentuou a variação ligeiramente positiva observada no trimestre anterior, dando continuidade à trajetória positiva verificada há mais de quatro anos sucessivos.

Consequentemente, os proventos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram um acréscimo homólogo real na região (3,3%) mais significativo do que a média do país (3,1%) e do que o do trimestre anterior (3,1%). Apesar disto, este crescimento dos proventos foi bastante inferior ao aumento registado no trimestre homólogo (11,8%). Para a evolução regional dos proventos que, neste trimestre, se cifraram nos 121,8 milhões de euros, contribuiu o crescimento homólogo real dos proventos de aposento (de 4,1%). Estes proventos representavam, neste trimestre, cerca de 71% do total de proventos em estabelecimentos de alojamento turístico.

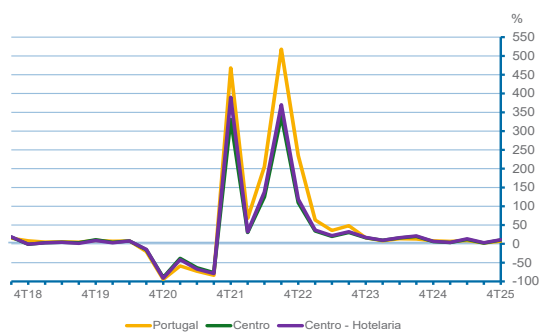
Já a estada média na Região Centro foi de 1,6 noites, tendo diminuído face ao trimestre homólogo (1,7 noites) e aos dois trimestres anteriores. Por contraste, em Portugal, a estada média manteve-se inalterada face ao período homólogo e ao primeiro trimestre do ano, fixando-se, nas 2,4 noites, embora tenha diminuído comparativamente aos dois trimestres precedentes.

²¹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proventos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	7.198	10.466	9.170	5.689	6.997	8.131	7.897	
	v. h. (%)	2,9	2,1	4,3	2,4	6,5	3,0	5,2	
Centro	milhares	1.123	1.550	1.306	871	1.080	1.212	1.181	
	v. h. (%)	4,0	0,1	4,7	2,5	8,8	2,6	6,3	
Hotelaria	milhares	896	1.157	1.010	691	861	939	911	
	v. h. (%)	4,1	0,9	4,4	3,2	10,1	3,0	7,2	
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares	17.050	28.611	23.018	13.407	16.729	20.521	20.089	
	v. h. (%)	1,9	1,9	4,2	-0,4	4,5	2,2	4,1	
Centro	milhares	1.842	3.004	2.238	1.399	1.815	2.121	2.092	
	v. h. (%)	1,5	0,4	4,8	-1,8	6,3	1,4	5,4	
Hotelaria	milhares	1.445	2.192	1.697	1.088	1.416	1.606	1.579	
	v. h. (%)	2,0	0,8	4,5	-1,2	7,9	1,7	6,6	
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	milhares €	1.418.562	2.740.290	2.040.229	955.309	1.345.061	1.788.598	1.668.638	
	v. h. real (%)	3,1	4,7	7,0	2,3	8,9	4,7	8,3	
Centro	milhares €	121.794	199.768	143.600	87.231	115.261	138.098	128.815	
	v. h. real (%)	3,3	3,1	10,1	1,9	11,8	4,8	8,3	
Hotelaria	milhares	101.050	154.544	115.450	71.770	94.639	110.704	102.423	
	v. h. real (%)	4,4	3,7	11,0	3,1	13,6	5,6	9,3	
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico									
Portugal	n.º noites	2,4	2,7	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	
Centro	n.º noites	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,8	

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre.
 Os valores de 2025 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

10,5%

*foi o crescimento
homólogo dos novos
fogos para habitação
familiar licenciados na
região*

No quarto trimestre de 2025, na região, os indicadores das obras concluídas apresentaram uma evolução positiva, enquanto o licenciamento evoluiu negativamente. Em ambos os casos, os novos fogos para habitação familiar evoluíram em contra-ciclo. A nível nacional, o setor contraiu-se, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que aumentaram. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido acelerou, enquanto os empréstimos vencidos registaram uma quebra significativa.

-17,4%

*foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há nove
anos consecutivos*

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.742 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 5,3%. Esta variação regional acompanhou a tendência nacional (que registou uma quebra de 14,2%) e contrariou o crescimento observado há mais de um ano consecutivo. Também o licenciamento de construções novas diminuiu 4,8% face a igual trimestre do ano anterior, invertendo a tendência de aumento observada desde meados de 2024. Já o licenciamento de novos fogos para habitação familiar observou uma variação homóloga positiva de 10,5%, seguindo a média nacional de 16,0% e mantendo a trajetória de crescimento registada desde o segundo trimestre de 2024.

Os edifícios concluídos aumentaram 5,5%, na região, face a igual período do ano anterior, reforçando o crescimento do trimestre precedente e infletindo a trajetória negativa verificada desde o trimestre homólogo de 2024. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (6,7%). No entanto, os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram 9,9%, em termos homólogos, contrariando a evolução positiva verificada há mais de três anos sucessivos (com exceção do terceiro trimestre de 2023) e a média nacional que aumentou 3,6%. Já os edifícios concluídos no país registaram uma redução homóloga de 4,2%, mantendo a evolução negativa observada desde o primeiro trimestre de 2025, embora a um menor ritmo.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no quarto trimestre de 2025, aumentaram na região (6,4%) e no país (7,1%), em termos homólogos reais. No caso regional, esta evolução favorável do crédito concedido, intensificou o ritmo de crescimento registado nos três primeiros trimestres de 2025 e infletiu três anos de quebras homólogas sucessivas. Os empréstimos à habitação vencidos na região diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior (-17,4%), acompanhando a evolução nacional (-18,2%) e prosseguiram a trajetória de quebra verificada há nove anos sucessivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação cifrou-se em 0,2%, igualando o valor dos dois trimestres anteriores e a média nacional, mas diminuindo ligeiramente face ao período homólogo (cujo peso era de 0,3%). Este peso regional continuou a ser o mais baixo dos últimos 16 anos (que, no passado, chegou a atingir os 2,6%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.849	6.398	6.586	7.228	6.820	6.515	6.368
	v. h. (%)	-14,2	-2,6	6,3	22,8	24,3	2,3	8,7
Centro	número	1.742	1.880	1.936	2.069	1.839	1.907	1.748
	v. h. (%)	-5,3	6,0	9,8	28,2	18,6	9,1	9,1
Construções novas	número	1.352	1.437	1.517	1.602	1.420	1.477	1.341
	v. h. (%)	-4,8	4,6	10,2	34,2	30,6	10,1	12,4
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	10,5	26,7	45,5	43,5	52,7	30,2	18,2
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	4.096	4.004	3.862	3.885	4.277	3.962	4.345
	v. h. (%)	-4,2	-5,1	-15,0	-10,5	2,8	-8,8	1,6
Centro	número	1.206	1.121	1.054	1.052	1.143	1.108	1.161
	v. h. (%)	5,5	2,7	-16,6	-8,2	-3,7	-4,5	-0,4
Construções novas	número	1.000	945	871	881	937	924	972
	v. h. (%)	6,7	3,7	-17,9	-10,0	-3,8	-4,9	0,5
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-9,9	9,7	3,3	8,7	9,5	2,7	15,2
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	7,1	5,6	4,4	3,0	0,7	5,1	-1,3
Centro	v. h. real (%)	6,4	4,7	3,5	2,1	-0,2	4,2	-2,1
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-18,2	-15,2	-7,5	-1,3	5,5	-10,6	-6,2
Centro	v. h. real (%)	-17,4	-18,5	-11,5	-8,7	-1,7	-14,0	-10,4

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** Os dados são preliminares e a informação para os anos de 2024 e 2025 baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

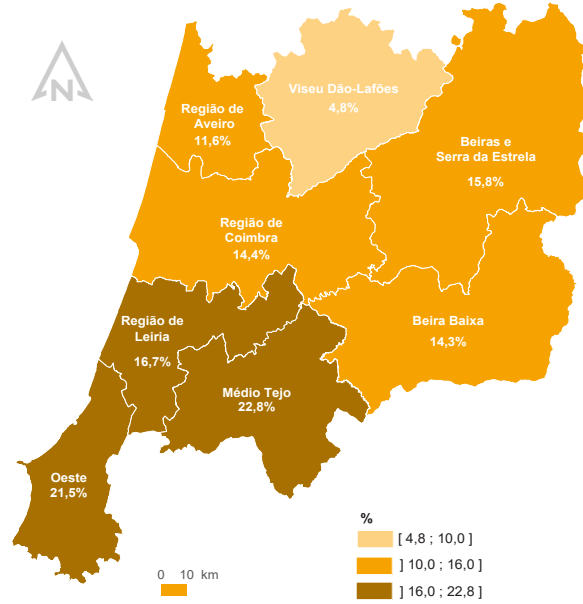
²² Esta análise refere-se apenas às oito sub-regiões do Centro, dado que, a partir do quarto trimestre de 2023, deixaram de ser apurados, pelo INE, os valores da avaliação bancária da habitação para o total da Região Centro a 100 municípios. Recordar-se que esta série foi descontinuada, passando apenas a ser divulgada informação na nova geografia, em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios.

²³ Os valores apresentados para a Beira Baixa incluem os municípios da Sertã e de Vila de Rei que, na edição n.º 60 do boletim e anteriores, estavam integrados no Médio Tejo.

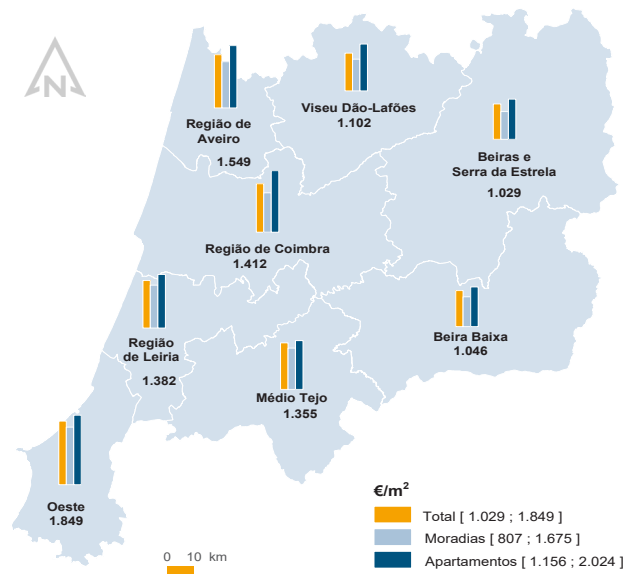
Na Região Centro²², no quarto trimestre de 2025, o valor da avaliação bancária continuou a aumentar em termos homólogos reais em todas as suas oito sub-regiões²³, o que já se verifica há um ano consecutivo. Com exceção de Viseu Dão Lafões, as restantes sub-regiões do Centro observaram acréscimos acima de 10%, com destaque para o Médio Tejo (22,8%), o Oeste (21,5%) e Região de Leiria (16,7%), com crescimentos acima da média nacional (de 16,5%). A sub-região Viseu Dão Lafões foi a que registou o acréscimo menos significativo (4,8%).

Considerando as duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos), o Oeste manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária mais elevada em termos médios globais (1.849€/m²), evidenciando também a valorização mais alta nos apartamentos (2.024€/m²) e nas moradias (1.675€/m²). Em contraste, a sub-região Beiras e Serra da Estrela registava a menor valorização global da habitação (1.029€/m²) e também nas moradias (807€/m²). Já os apartamentos apresentavam a menor avaliação bancária na Beira Baixa (1.156€/m²). O Médio Tejo apresentava o menor diferencial entre a avaliação bancária dos apartamentos e das moradias, 216€/m², por oposição à Região de Coimbra, onde esta diferença era de 645€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2025



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2025



PREÇOS

2,0%

foi a taxa de inflação
homóloga regional no
trimestre

No quarto trimestre de 2025, o Índice de Preços no Consumidor desacelerou na Região Centro e em Portugal face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior.

²⁴ A partir do primeiro trimestre de 2025, a análise regional do IPC incide sobre a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS 2024), em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios. Esta alteração resulta do facto do INE ter deixado de apurar os índices regionais do IPC para a desagregação geográfica NUTS 2013, em que a Região Centro é constituída por 100 municípios, tendo essa série sido descontinuada. Deste modo, a configuração da Região Centro utilizada neste capítulo é distinta da dos restantes capítulos desta publicação.

O nível médio de preços na Região Centro²⁴, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 2,0%, em termos homólogos, no quarto trimestre de 2025. Esta evolução manteve a tendência de aumentos homólogos sucessivos verificada há mais de cinco anos, tendo, no entanto, desacelerado face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior. A variação positiva do IPC na região acompanhou o comportamento nacional dos preços, que também cresceram, mas a um ritmo ligeiramente superior (2,2%).

Na região, nove das 12 classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se, com os acréscimos mais expressivos, os “restaurantes e hotéis” (5,4%), os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (3,6%) e os “bens e serviços diversos” (3,3%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: as “comunicações” (-4,0%), o “vestuário e calçado” (-2,3%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,2%).

Quadro 11 – Preços		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	2,2	2,6	2,2	2,3	2,6	2,3	2,4
Centro	v. h. (%)	2,0	2,1	1,6	1,7	2,2	1,9	2,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,6	3,8	2,2	1,5	3,1	2,8	2,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,9	2,0	0,9	3,1	3,2	2,0	3,1
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,3	-3,0	-3,5	-1,6	-1,8	-2,6	-1,8
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,9	1,6	3,2	3,1	6,9	2,2	6,9
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,2	-0,3	-0,7	-1,2	-1,9	-0,6	-1,9
Saúde	v. h. (%)	2,8	2,9	2,5	2,4	2,4	2,7	3,0
Transportes	v. h. (%)	0,9	0,7	0,1	1,2	0,4	0,7	1,2
Comunicações	v. h. (%)	-4,0	-1,6	-1,4	1,8	6,1	-1,3	6,1
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,9	3,6	4,8	2,8	1,6	3,3	1,5
Educação	v. h. (%)	2,2	3,4	3,5	3,2	3,2	3,1	3,3
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	5,4	5,4	4,8	4,7	4,4	5,1	5,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	3,3	1,6	1,4	1,6	1,5	2,0	0,3

CONSUMO PRIVADO

10,3%

foi o crescimento
homólogo real
das entradas
intra-comunitárias de
bens de consumo na
região

4,5%

foi a variação
homóloga real das
compras em terminais
de pagamento
automático na região

Na Região Centro e em Portugal, a maioria dos indicadores representativos do consumo privado apresentou evoluções positivas face ao período homólogo de 2024.

No quarto trimestre de 2025, as entradas intra-comunitárias de bens de consumo registaram, na região, um aumento homólogo real de 10,3%, acima da média nacional de 9,2%. Este aumento regional das importações de bens de consumo intensificou o comportamento positivo observado nos primeiros trimestres de 2025 e contrariou a variação negativa registada no trimestre homólogo e nos restantes trimestres de 2024.

As receitas de cinema aumentaram, em termos homólogos reais, tanto na Região Centro (10,5%), como em Portugal (12,7%), inflitando o comportamento bastante negativo registado no trimestre precedente. No entanto, face ao trimestre homólogo de 2024, o ritmo de crescimento desacelerou.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 5,3%, na região, em termos homólogos reais, superando o crescimento registado no país (4,7%) e prosseguindo o comportamento positivo observado há quase dois anos consecutivos. O peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos diminuiu ligeiramente face aos períodos homólogo e anteriores, fixando-se em 2,1% na região e em 2,4% no país.

As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um aumento homólogo real de 4,5% na região, acima do acréscimo observado no país (2,9%). Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA, apesar de inferior à dos trimestres homólogo e anteriores, manteve a trajetória de crescimento verificada há mais de quatro anos e foi explicada pelas compras realizadas, quer em território nacional (que aumentaram 2,6%), quer no estrangeiro, destacando-se o crescimento significativo destas últimas (de 21,9%). Já os pagamentos em caixas automáticos observaram uma quebra homóloga real na região (-4,9%) e no país (-7,6%), contrariando o comportamento positivo verificado no último ano. Também os levantamentos em caixas automáticos continuaram a diminuir em termos homólogos reais, o que ocorre há mais de três anos sucessivos, observando variações homólogas reais de -8,3% na região e de -8,8% no país, mais expressivas do que as observadas nos trimestres anteriores e homólogo. Esta contração regional dos levantamentos foi explicada pela quebra homóloga real nos levantamentos nacionais (-8,5%) e também internacionais (-4,7%).

Quadro 12 – Consumo Privado		4T25	3T25	2T25	1T25	4T24	2025	2024
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo [†]								
Portugal	v. h. real (%)	9,2	12,8	12,6	9,5	12,8	11,0	10,0
Centro	v. h. real (%)	10,3	8,8	9,2	5,1	-0,5	8,4	-0,2
Receitas de cinema ^{**}								
Portugal	milhares	22.027,7	18.768,0	18.319,6	16.811,1	19.117,3	18.981,6	18.334,5
	v. h. real (%)	12,7	-27,2	44,6	-1,6	18,9	1,2	-1,8
Centro	milhares	2.878,7	2.466,2	2.525,0	2.057,2	2.548,8	2.481,8	2.501,0
	v. h. real (%)	10,5	-35,6	54,1	-5,0	19,4	-3,0	-1,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ^{***}								
Portugal	v. h. real (%)	4,7	4,2	4,3	3,4	2,8	4,1	1,3
Centro	v. h. real (%)	5,3	4,9	4,8	3,9	3,3	4,7	2,0
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos) ^{***}								
Portugal	%	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6
Centro	%	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-8,8	-6,2	-6,1	-8,1	-2,8	-7,3	-4,4
Centro	v. h. real (%)	-8,3	-5,6	-4,8	-7,5	-1,3	-6,5	-3,2
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-7,6	2,7	4,8	9,8	6,7	2,0	-12,5
Centro	v. h. real (%)	-4,9	3,4	5,0	10,4	7,7	3,1	-8,9
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	2,9	5,1	5,7	5,3	9,5	4,7	6,5
Centro	v. h. real (%)	4,5	6,6	7,5	6,9	10,7	6,3	7,1

[†] A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2025 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021.

^{**} Os dados de 2025 das receitas de cinema são provisórios.

^{***} A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que procura implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. Consiste num conjunto de reformas e investimentos verdadeiramente transformadores, que têm como objetivo melhorar o desenvolvimento económico e social do país de forma justa, equitativa e sustentável.

O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da Estratégia Europeia 2030: Transição Verde; Coesão Social e Territorial; Transformação Digital; Saúde e Resiliência; Políticas; e Pequenas e Médias Empresas (PME). Com estas premissas presentes, o plano estrutura-se em três grandes áreas de intervenção: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

O PRR tem uma estrutura de gestão centralizada na relação entre os Estados Membros e a Comissão Europeia. A nível nacional, a eficácia na execução das medidas e no alcance dos resultados influenciou um modelo de governação em dois níveis: centralizado na gestão monitorização e controlo e descentralizado na execução, através de beneficiários intermediários e beneficiários diretos. A Estrutura de Missão Recuperar Portugal está mandatada para garantir a gestão da execução, monitorização e coordenação técnica do PRR.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem uma dotação de 22,2 mil milhões de euros (distribuídos por 16.325 milhões de euros de subvenções e 5.891 milhões de euros de empréstimos) e propõe uma intervenção em três dimensões distintas: Resiliência (15,1 milhões de euros) que representa 67,7% da dotação global do PRR, Transição Climática (4,4 milhões de euros), que representa 19,7%, e Transição Digital (2,7 milhões de euros), que representa 12,6%. Estas dimensões são concretizadas através de 21 componentes e 161 medidas que, por sua vez, integram a execução de vários investimentos (117) e reformas (44).

A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação e de superação face a crises eminentes e aos desafios atuais e futuros que estão associados, sendo entendida em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial. Inclui um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente no Serviço Nacional de Saúde, na habitação, nas respostas sociais, na cultura, na capitalização e inovação empresarial, nas qualificações e competências, nas infraestruturas, na floresta e na gestão hídrica.

A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050, sendo que a descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão fatores de competitividade num futuro próximo. Esta dimensão inclui intervenções em áreas estratégicas, como sejam o mar, a descarbonização da indústria, a bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios, o hidrogénio e energias renováveis e a mobilidade sustentável.

Na dimensão da Transição Digital estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do Estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Assim, para assegurar a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções no PRR assentam nas seguintes áreas: transformação digital do setor empresarial (empresas 4.0), qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, justiça económica e ambiente empresarial, administração pública mais eficiente e escola digital.

PRR NA REGIÃO CENTRO

4,0
mil milhões de euros

aprovados para a
Região Centro até 31
de dezembro de 2025

44,0%

é a taxa de pagamento
na Região Centro até 31
de dezembro de 2025

²⁵ O Plano de Recuperação e Resiliência tem um conjunto de projetos de implementação nacional, que implicam um montante de fundos aplicados em investimentos transversais ao país. Esses fundos não se encontram regionalizados, pelo que não são considerados nesta análise. Deste modo, apenas estão a ser considerados e monitorizados os projetos com investimentos aplicados diretamente na Região Centro.

No PRR, a 31 de dezembro de 2025, estavam aprovados 3.958,2 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 3.844,9 milhões de euros estavam já contratados. Os projetos contratados totalizavam 75.746 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 1.693,1 milhões de euros, o que corresponde a 44,0% do valor contratado.

A 31 de dezembro de 2025, na Região Centro, encontravam-se aprovados 3.958,2 milhões de euros de financiamento no âmbito do PRR²⁵, correspondendo a 16,9% do valor nacional e a uma média de 1.777 euros por habitante. O montante contratado na região ascendia a 3.844,9 milhões de euros (18,3% do total nacional), correspondendo a 75.746 projetos e a uma média de 1.726 euros por habitante. Os pagamentos aos beneficiários perfaziam 1.693,1 milhões de euros (15,8% do total nacional), o que corresponde a 44,0% do montante regional contratado (taxa de pagamento) e a 42,8% das aprovações para a região.

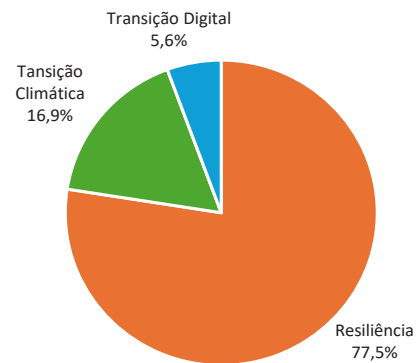
Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 128,2 milhões de euros no investimento aprovado e de 151,0 milhões de euros no contratado, que reflete um maior número de projetos contratados (3.764 novos projetos face ao período anterior) e um aumento de 67,8 euros no investimento contratado por habitante. Já o montante pago aumentou 194,5 milhões de euros. Na região, este aumento do investimento contratado, no quarto trimestre de 2025, deve-se, sobretudo, aos acréscimos nos investimentos realizados no Serviço Nacional de Saúde (SNS) (de 60,0 milhões de euros), em particular na modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais (acréscimo de 46,7 milhões de euros) e no investimento nos cuidados de saúde primários com mais respostas (acréscimo de 11,6 milhões de euros); nos investimentos e inovação (de 52,3 milhões de euros), com destaque para o acréscimo nas agendas/alianças mobilizadoras e verdes para a inovação empresarial (de 21,7 milhões de euros); nos investimentos na nova geração de equipamentos e respostas sociais (de 20,6 milhões de euros); e, ainda, nos investimentos nas empresas 4.0 (de 16,9 milhões de euros).

Quadro 13 - PRR na Região Centro (valores acumulados) *		31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2025	30 de julho de 2025
Projetos Contratados	número	75.746,0	71.982,0	69.319,0
Montante Aprovado	milhões de €	3.958,2	3.829,9	3.653,4
<i>Aprovado por habitante</i>	euros	1.777,0	1.719,6	1.640,3
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	16,9	16,7	16,4
Montante Contratado	milhões de €	3.844,9	3.693,9	3.514,5
Segundo as dimensões				
<i>Resiliência</i>	milhões de €	2.978,8	2.831,5	2.688,1
<i>Tansição Climática</i>	milhões de €	649,7	664,0	634,8
<i>Transição Digital</i>	milhões de €	216,3	198,4	191,7
<i>Contratado por habitante</i>	euros	1.726,3	1.658,5	1.578,0
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	18,3	19,0	18,8
Montante Pago	milhões de €	1.693,1	1.498,6	1.427,9
<i>Pago por habitante</i>	euros	760,2	672,9	641,1
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	15,8	16,3	16,5
Taxa de pagamento (montante pago / montante contratado)	%	44,0	40,6	40,6

* Trata-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios para a região encontram-se subavaliados.

Na Região Centro, a dimensão **Resiliência** destacava-se de uma forma muito significativa, uma vez que totalizava, até 31 de dezembro de 2025, um montante contratado de 2.978,8 milhões de euros, correspondendo a 77,5% do total do PRR contratado na região. Nesta dimensão, o crescimento de investimento contratado foi de 147,3 milhões de euros, neste trimestre, sendo que os investimentos que mais cresceram foram os direcionados para o Serviço Nacional de Saúde (acréscimo de 60,0 milhões de euros), para o Investimento e inovação (acréscimo de 52,3 milhões de euros); para as Respostas sociais (acréscimo de 20,6 milhões de euros) e para as Qualificações e competências (acréscimo de 10,9 milhões de euros).

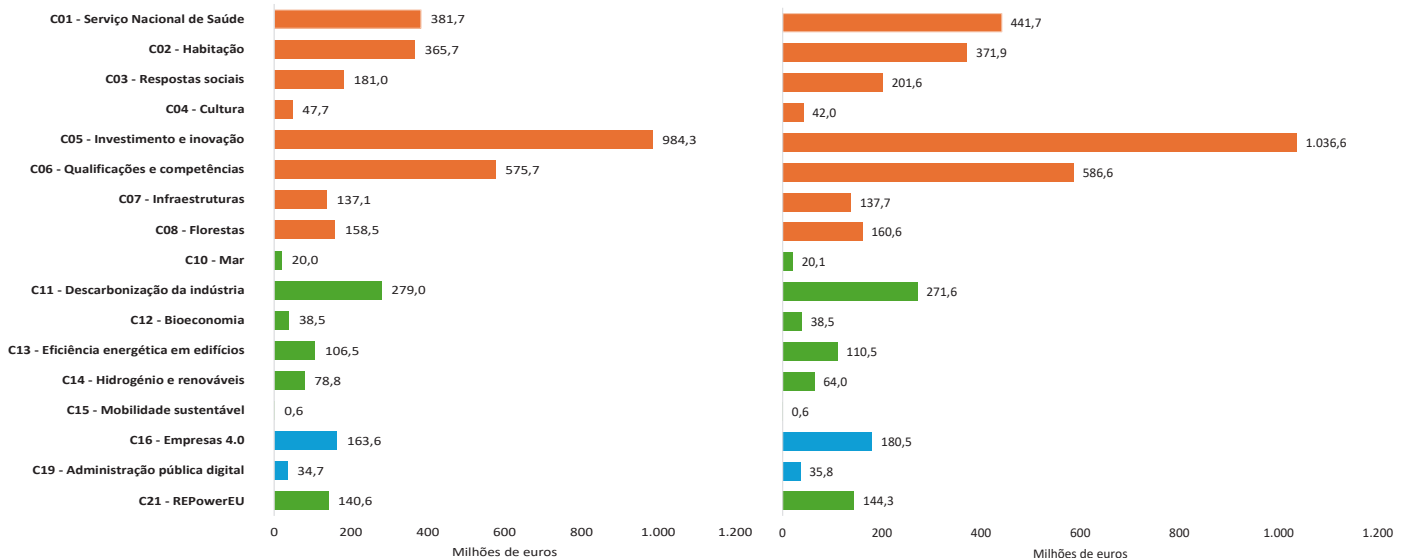
Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por dimensão
(31 de dezembro de 2025)



A dimensão **Transição Climática** concentrava 649,7 milhões de euros (16,9% do PRR na região), um valor inferior ao registado no trimestre anterior, após a diminuição do investimento contratado nas componentes do Hidrogénio e renováveis (diminuição de 14,9 milhões de euros) e da Descarbonização da indústria (diminuição de 7,4 milhões de euros), que superou o aumento do investimento contratado na componente Eficiência energética em edifícios (de 4,1 milhões de euros).

A dimensão **Transição Digital** totalizava 216,3 milhões de euros (5,6% do PRR na região), após o acréscimo de 17,9 milhões de euros, repartidos entre os investimentos nas Empresas 4.0 (acréscimo de 16,9 milhões de euros) e na Administração pública digital (acréscimo de 1 milhão de euros).

Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por componentes
30 de setembro de 2025 31 de dezembro de 2025



Inserida na dimensão Resiliência, a componente **Investimento e inovação** (C05) reunia o maior montante contratado (1.036,6 milhões de euros), tendo registado um acréscimo de 52,3 milhões de euros desde setembro de 2025. Só esta componente representava 27,0% do total contratado na região, sendo que, em média, cada projeto financiado apresentava um investimento de 4,4 milhões de euros. Estes investimentos destinam-se a aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva (incentivando o investimento produtivo em áreas estratégicas de interesse nacional e europeu). Nesta componente destacavam-se as agendas/alianças mobilizadoras e verdes para a inovação empresarial, que concentravam 21,4% do total do investimento contratado na região, totalizando 821,1 milhões de euros (79,2% do total desta componente, após um acréscimo de 21,7 milhões de euros neste trimestre). As agendas/alianças mobilizadoras para a inovação empresarial têm por objetivo mobilizar e reforçar as capacidades científicas e tecnológicas da região, através do financiamento de pactos de inovação que promovem a cooperação e conduzem ao desenvolvimento de projetos inovadores e de projetos mobilizadores destinados a I&D e respetiva transformação em novos bens e serviços através de investimento público e privado. As agendas/alianças verdes para a inovação empresarial têm por objetivo aplicar os mesmos instrumentos utilizados na agenda anterior, embora especializados num conjunto limitado de agendas verdes através de consórcios entre empresas e instituições académicas, científicas e/ou tecnológicas para apoiar a inovação. De salientar também a agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, com 27,2 milhões de euros (2,6% do total da componente), que tem como objetivo impulsionar a investigação e a inovação com vista a uma agricultura sustentável. Destaque ainda, nesta componente, para a capitalização de empresas e resiliência financeira através do Banco Português de Fomento, com 121,7 milhões de euros contratados (após um acréscimo de 12,4 milhões de euros neste trimestre).

Outra componente, em destaque na dimensão Resiliência, é a **Qualificação e competências** (C06), que apresentava o segundo valor contratado mais elevado no Centro: 586,6 milhões de euros (15,3% do total regional), após um acréscimo de 10,9 milhões de euros desde setembro de 2025, na grande maioria, destinados a apoiar investimentos relativos à modernização da formação profissional (acréscimo de 10,2 milhões de euros, perfazendo um total de 25,8 milhões de euros). Estes investimentos incluem o alargamento e modernização da rede de centros de formação profissional do Serviço Público de Emprego (IEFP) e da rede de escolas do Turismo de Portugal, a fim de tornar a formação mais relevante para o mercado e alinhada com a transformação ambiental, digital, demográfica e industrial. Na generalidade, os investimentos desta componente Qualificação e competências visam aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego. Os investimentos mais significativos correspondem a escolas novas ou renovadas, com 241,8 milhões de euros contratados, até 31 de dezembro de 2025 (41,2% do total desta componente e sem acréscimo financeiro neste quarto trimestre). Destacavam-se os seguintes projetos, pelos significativos montantes: “Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro”, no município de Ferreira do Zêzere (13,0 milhões de euros); a “Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria”, no município de Cantanhede (11,4 milhões de euros) ou, ainda, a Escola Básica Eugénio de Castro - Requalificação e Beneficiação, no município de Coimbra (9,7 milhões de euros). Nesta componente, destaca-se ainda o investimento contratado para a instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados, com 102,6 milhões de euros (17,8% do total da componente), e o investimento relativo ao Compromisso Emprego Sustentável, que totaliza 97,2 milhões de euros (16,6% do total da componente) e tem como objetivo criar contratos de trabalho permanentes e de qualidade, bem como reduzir a segmentação do mercado de trabalho em todos os grupos, incluindo os jovens.

A componente **Serviço Nacional de Saúde** (C01), também da dimensão Resiliência, evidenciava-se, na Região Centro, com um investimento contratado de 441,7 milhões de euros (11,5% do total regional) e 346 projetos contratados. Estes valores resultam de um acréscimo do investimento contratado em 60,0 milhões de euros, sendo a componente que mais cresceu neste trimestre. Este aumento deve-se sobretudo ao acréscimo do investimento contratado para a modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais (acréscimo de 46,7 milhões de euros) e para dotar os Cuidados de Saúde Primários com mais respostas (acréscimo de 11,6 milhões de euros). Nesta componente, o maior montante financeiro contratado estava afeto a capacitar os cuidados de saúde primários com mais respostas, concentrando 179,6 milhões de euros (40,7% do total da componente),

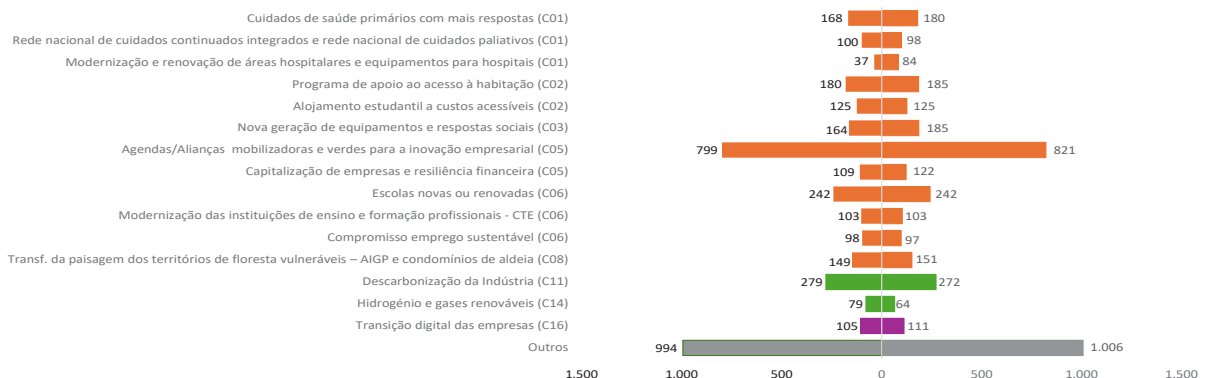
destacando-se projetos como o “Centro de Saúde da Batalha” (4,5 milhões de euros), a “Construção do Centro de Saúde de Arganil (4,0 milhões de euros), a “Remodelação e ampliação do Centro de Saúde de Pombal” (4,0 milhões de euros) e a “Ampliação e requalificação do Centro de Saúde Norton de Matos”, no município de Coimbra (3,9 milhões de euros). Também nesta componente, os investimentos associados à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos têm um montante significativo já contratado: 98,3 milhões de euros (22,3% do total da componente). Por fim, destacam-se também os investimentos realizados no âmbito da Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais, que representam 83,8 milhões de euros (19,0% do total da componente), dos quais se destacam, pelo montante atribuído, os projetos “Centro de Ambulatório e Radioterapia (CAR)”, na Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões E.P.E. (22,7 milhões de euros) e “Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos no Instituto Português de Oncologia de Coimbra” (10,5 milhões de euros).

Ainda na dimensão Resiliência, a componente **Habitação** (C02) assumia também um valor contratado muito significativo: 371,9 milhões de euros (9,7% do total regional) afetos a 533 projetos contratados, com o objetivo relançar e reorientar a política de habitação e dar resposta às carências estruturais do parque habitacional. Nesta componente, destacam-se os investimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que representavam 184,5 milhões de euros (49,6% do total da componente), destinados à aquisição de terrenos para construção de fogos, à construção de novos edifícios ou à reabilitação de habitações existentes, bem como à aquisição de novos edifícios ou ao arrendamento de edifícios para subarrendar. Ainda nesta componente salienta-se também o apoio ao alojamento estudantil a custos acessíveis, que representava um valor contratado de 125,2 milhões de euros (33,7% do total da componente), destinado à construção, adaptação e recuperação de residências estudantis. Nesta tipologia de investimento destacam-se alguns projetos, pelo significativo valor contratado, como o “Espaço U” do Instituto Politécnico de Coimbra, para a construção de um novo edifício com 400 novas camas, destinadas a alojamento estudantil a preços acessíveis (14,9 milhões de euros contratados), bem como o projeto “Craсто”, no município de Aveiro, para construção de um novo edifício com 320 novas camas, para alojamento estudantil (12,0 milhões de euros).

No total, estas quatro componentes da dimensão Resiliência concentravam 2.436,9 milhões de euros, correspondendo a 63,4% do investimento contratado na Região Centro, ficando saliente a sua importância no território regional.

As restantes componentes na dimensão Resiliência absorvem um investimento menor, mas, ainda assim, com valores significativos, se comparados com outras componentes das outras dimensões do PRR. A componente **Respostas Sociais** (C03) absorvia 201,6 milhões de euros (5,2% do total regional contratado) e registou, desde setembro de 2025, um acréscimo de 20,6 milhões de euros. Nesta componente destacavam-se os investimentos na nova geração de equipamentos e respostas sociais, que absorviam 185,4 milhões de euros, destinados a apoiar estruturas residenciais para pessoas idosas (39,8 milhões de euros), creches (29,5 milhões de euros) e habitações colaborativas (23,7 milhões de euros). A componente **Florestas** (C08) totalizava 160,6 milhões de euros (4,2% do total regional), destacando-se o investimento de Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis, designadamente em áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e condomínios de aldeia, que totalizava 150,7 milhões de euros.

Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por principais tipologias de investimento



Como já referido, a dimensão **Transição Climática** concentrava 649,7 milhões de euros contratados (16,9% do PRR na região). Nesta dimensão, destacava-se a componente da **Descarbonização da indústria** (C11), com 271,6 milhões de euros contratados (7,1% do total regional), com o objetivo de apoiar projetos de descarbonização do setor industrial e empresarial e de promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC). Destacavam-se, pelos valores que envolvem, os projetos “RePower Chemicals”, no município de Estarreja, com 30,8 milhões de euros contratados; o projeto “SB+” de uma empresa da indústria vidreira, no município da Marinha Grande, com 17,1 milhões de euros contratados, o projeto “Descarbonização da fábrica de pasta da Figueira da Foz”, no município da Figueira da Foz, com 15,0 milhões de euros contratados e, ainda, o projeto de “Implementação de uma central de cogeração a biomassa florestal”, no município de Oleiros, com 12,3 milhões de euros contratados.

Também na dimensão da **Transição Climática** surge a componente **REPowerEu** (C21) com 144,3 milhões de euros, destinados a dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Portugal no sentido de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis e de focalizar o investimento na transição energética, para uma economia hipocarbónica e na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia. No contexto da atual situação geopolítica e do mercado da energia, através desta componente, procura-se apoiar projetos que contribuam para independência energética e transição ecológica em Portugal, designadamente medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica. Na Região Centro destacavam-se as medidas de reforço da descarbonização dos transportes públicos (54,6 milhões de euros de reforço à componente C15, destinados a aumentar o número de novos autocarros de zero emissões utilizados para transporte público), as medidas de flexibilidade da rede e armazenamento de eletricidade (23,1 milhões de euros), as medidas de reforço de eficiência energética em edifícios residenciais (21,8 milhões de euros de reforço à componente C13, especificamente para aumentar o número de edifícios residenciais renovados e a produção de energia renovável para autoconsumo) e as medidas de reforço do hidrogénio e gases renováveis (21,2 milhões de euros para reforçar a componente C14, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção de hidrogénio e gás renováveis).

Nesta dimensão destacava-se ainda a componente **Eficiência energética em edifícios** (C13) com 110,5 milhões de euros repartidos pelos edifícios da administração pública central (55,1 milhões de euros), edifícios residenciais (47,2 milhões de euros) e edifícios de serviços (8,2 milhões de euros).

Com menor dimensão financeira e ainda na Transição Climática, surgem as componentes **Hidrogénio e renováveis** (C14) (63,9 milhões de euros, após uma diminuição de 14,9 milhões de euros neste trimestre), **Bioeconomia** (C12) (38,5 milhões de euros), **Mar** (C10) (20,1 milhões de euros) e a **Mobilidade Sustentável** (C15), que mantém a aprovação de apenas um projeto de descarbonização de transportes públicos, com um investimento inferior a um milhão de euros.

Por fim, a dimensão da **Transição Digital**, com 216,3 milhões de euros contratados, representava 5,6% dos investimentos PRR na região, tendo conhecido um aumento neste período de 17,9 milhões de euros, nas componentes Empresas 4.0 (C16) (acrécimo de 16,9 milhões de euros) e Administração Pública digital (C19) (acrécimo de 1,0 milhão de euros). A componente **Empresas 4.0** (C16) era a mais significativa nesta dimensão (180,5 milhões de euros, correspondendo a 4,7% do total regional contratado) e tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital dos territórios, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação

de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas. Nesta componente destacavam-se ainda os investimentos para apoiar a transição digital das empresas, que totalizavam 110,9 milhões de euros (61,5% do total da componente), a capacitação digital das empresas (34,7 milhões de euros), a indústria 4.0 (22,2 milhões de euros) e a catalisação da transição digital das empresas (12,6 milhões de euros).

De referir também, nesta dimensão, a componente da **Administração Pública digital** (C19) com 35,8 milhões de euros contratados (1,0% do total do PRR na região), destinada a melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, no sentido de melhorar o serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública. Neste âmbito, destacavam-se os 14 projetos contratados relativos aos investimentos em Territórios Inteligentes, que totalizavam 15,2 milhões de euros e representavam 42,6% do investimento nesta componente, com o objetivo de criar um paradigma de planeamento e gestão das cidades e territórios através de políticas públicas baseadas em dados. Destacavam-se também os 59 projetos contratados relativos à reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares, que totalizam 11,0 milhões de euros. Esta medida irá rever a linha da frente dos serviços públicos e consulares introduzindo uma capacidade de resposta omnicanal (portal digital único, centro de atendimento e serviços presenciais), a par de um sistema de governação transversal, tirando partido da computação em nuvem e da utilização de redes 5G para inovar, melhorar a qualidade e reduzir as assimetrias na prestação de serviços públicos. Incluirá também a criação de novos «Espaços Cidadão» e «Lojas do Cidadão» em novos espaços eficientes do ponto de vista energético.

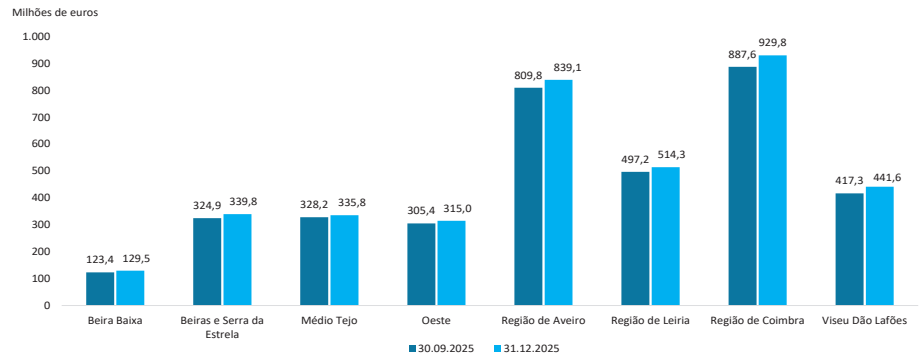
Numa análise sub-regional, a Região de Coimbra era a Comunidade Intermunicipal/sub-região que totalizava o maior número de projetos (15.553) e o maior montante contratado, correspondendo a 929,8 milhões de euros (24,2% do total regional) e a 382,4 milhões de euros já pagos (22,6% do total regional). Face ao período anterior, a Região de Coimbra registou o aumento mais expressivo de investimento contratado entre as diferentes sub-regiões (acréscimo de 42,2 milhões de euros). Nesta sub-região, destacava-se o município de Coimbra, com 488,1 milhões de euros atribuídos a 4.966 projetos contratados, sendo o município da Região Centro que beneficiava de mais verbas do PRR. A Figueira da Foz também se evidenciava, sendo o sexto município do Centro com mais financiamento contratado (132,4 milhões de euros).

Com valores muito próximos, encontrava-se a Região de Aveiro, com 839,1 milhões de euros contratados (21,8% do total do Centro), após um aumento de 29,3 milhões de euros neste período, relativos a 11.830 projetos. Neste território, destacava-se não só o município de Aveiro, cujos projetos contratados totalizavam 299,3 milhões de euros (ocupando o segundo lugar municipal), mas também os municípios de Águeda, Ílhavo e Estarreja, por apresentarem valores contratados superiores a 100 milhões de euros. Aliás, Águeda era o quinto município da região com mais financiamento contratado (167,3 milhões de euros).

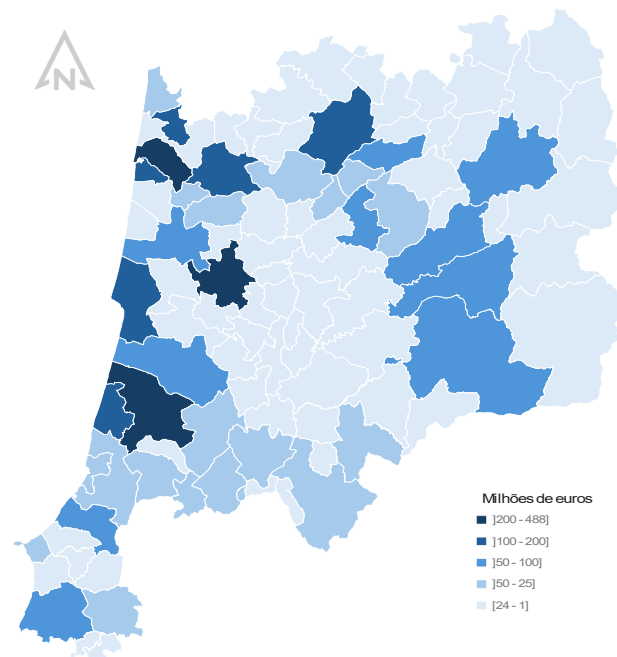
Também a Região de Leiria apresentava um valor significativo de projetos (9.470) e de investimento contratado, correspondendo a 514,3 milhões de euros (13,4% do total do Centro), após um aumento de 17,1 milhões de euros neste período. O município de Leiria era o terceiro da região em número de projetos aprovados (4.454) e em investimento contratado (244,9 milhões de euros). Seguia-se Viseu Dão Lafões com 441,6 milhões de euros contratados (11,5% do total do Centro), após um acréscimo de 24,4 milhões de euros entre setembro e dezembro, e 10.521 projetos contratados. Neste território, destacava-se o município de Viseu com 4.513 projetos e 183,3 milhões de euros contratados, sendo o quarto na hierarquia municipal.

Com montantes contratados semelhantes, encontravam-se as sub-regiões das Beiras e

Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por sub-região

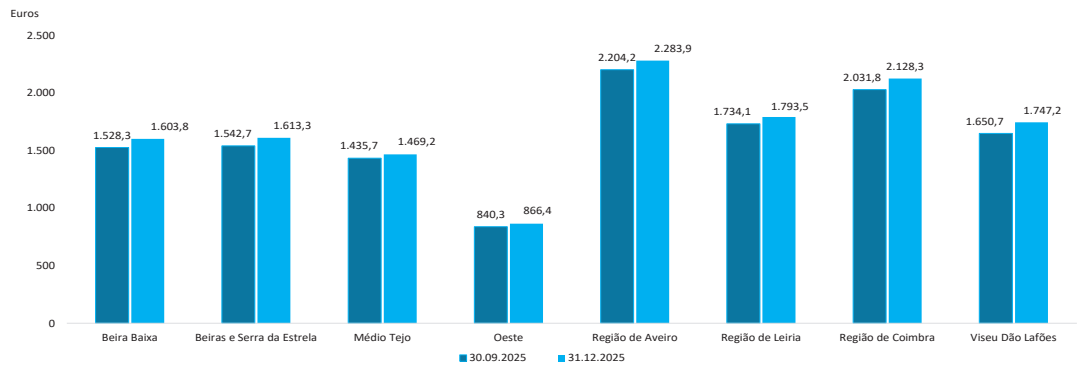


Montantes Contratados no PRR, na Região Centro, por município
(31 de dezembro de 2025)



Serra da Estrela, do Médio Tejo e do Oeste. Nestes territórios salientam-se também alguns municípios com significativa execução no PRR, como a Guarda (99,1 milhões de euros contratados), a Covilhã (81,0 milhões de euros), Torres Vedras (70,5 milhões de euros) e o Fundão (68,1 milhões de euros contratados). Por fim, a Beira Baixa apresentava-se com os valores mais baixos de projetos contratados (2.930 projetos) e de investimento contratado (129,5 milhões de euros). Castelo Branco destacava-se na sub-região com o valor mais elevado contratado (66,4 milhões de euros).

Montantes Contratados no PRR por Habitante, na Região Centro, por sub-região



Considerando os montantes contratados por habitante, verificava-se que, na Região Centro, todas as sub-regiões aumentavam os seus valores face ao trimestre anterior. A Região de Aveiro surge destacada, com 2.283,9 euros por habitante (tendo registado um acréscimo de 79,6 euros por habitante face ao período anterior), seguindo-se a Região de Coimbra (2.128,3 euros por habitante, com um acréscimo de 96,6 euros por habitante), a Região de Leiria (1.793,5 euros por habitante, com um acréscimo de 59,5 euros por habitante) e Viseu Dão Lafões (1.747,2 euros por habitante, com um acréscimo de 96,4 euros por habitante). Estas quatro sub-regiões apresentavam valores contratados por habitante acima da média regional de 1.726,3 euros. O Oeste era a sub-região com o montante per capita mais baixo (866,4 euros, após um acréscimo de 26,2 euros por habitante face ao período anterior).

PORTUGAL 2030

O PORTUGAL 2030 concretiza o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil milhões de euros. A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos - um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos - e um objetivo específico da União Europeia: Portugal + Transição justa. O PORTUGAL 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e MAR 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa. Os fundos europeus que são mobilizados para o financiamento de projetos através destes programas são: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); Fundo Social Europeu Mais (FSE+) – 7,8 mil milhões de euros; Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; Fundo para uma Transição Justa (FTJ) – 224 milhões de euros; e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros.

A dotação do PORTUGAL 2030 é de 23 mil milhões de euros, correspondendo ao conjunto dos fundos que são mobilizados no âmbito dos 12 Programas (de âmbito temático e regional). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Regional CENTRO 2030 (2,2 mil milhões de euros), que se destina exclusivamente a apoio a investimentos na região, e ainda de concursos abertos nos quatro programas temáticos: PESSOAS 2030, COMPETE 2030, SUSTENTÁVEL 2030 e MAR 2030 (programas com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

PORTUGAL 2030 NA REGIÃO CENTRO

2,4
mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 31 de dezembro de 2025

37,5%

dos fundos aprovados provenientes do Programa Temático PESSOAS 2030

²⁶ Tratam-se apenas de operações com investimento integral na Região Centro, ou seja, não estão a ser consideradas as operações com investimento multi-regiões (no Centro e noutras regiões NUTS II). A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

No PORTUGAL 2030, a 31 de dezembro de 2025, estavam aprovados 2,4 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 3,8 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O Programa Temático PESSOAS 2030 era responsável por 37,5% dos apoios aprovados e o Programa Regional Centro 2030 por 33,4%. O FEDER passou, neste trimestre, a ser o fundo mais expressivo na região, financiando 44,3% dos montantes aprovados, logo seguido do FSE+ com 43,5%.

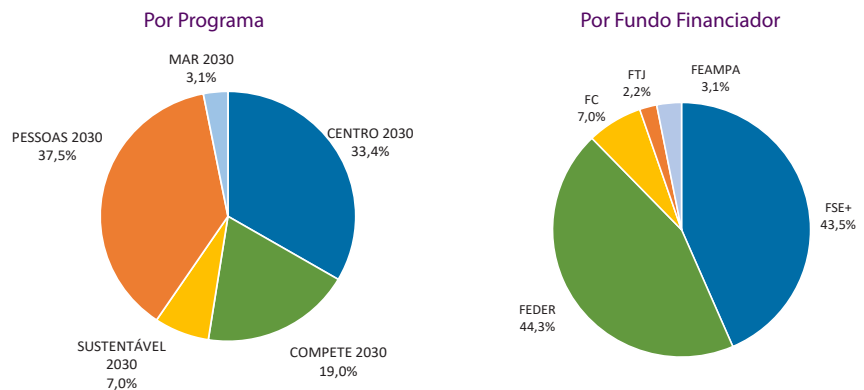
A 31 de dezembro de 2025 encontravam-se aprovados 2,4 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos de vários Programas do PORTUGAL 2030, correspondendo a um investimento elegível de 3,8 mil milhões de euros²⁶. Na região, estes apoios relacionavam-se, sobretudo, com o crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas (541,8 milhões de euros de FEDER aprovado), cursos profissionais (398,1 milhões de euros de FSE+ aprovado) e mobilidade urbana sustentável (118,3 milhões de euros de Fundo de Coesão aprovado e 4,5 milhões de euros de FEDER aprovado).

Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 369,4 milhões de euros nos fundos aprovados para a região, destacando-se a aprovação de mais 139,1 milhões de euros pelo CENTRO 2030 e de 122,1 milhões de euros pelo PESSOAS 2030 (sobressaindo o aumento de 86,7 milhões de euros de FSE+ nos cursos profissionais).

O Programa Temático PESSOAS 2030 era responsável por 37,5% dos fundos aprovados para a região, seguindo-se, bastante próximo, o Programa Regional CENTRO 2030 (33,4%) e depois o COMPETE 2030 (19,0%), o SUSTENTÁVEL 2030 (7,0%) e, com menor expressão, o MAR 2030 (3,1%).

Neste trimestre, o FEDER passou a ser o fundo financiador da maioria dos montantes aprovados (44,3%), cujo volume de apoio ascendia a 1.068,2 milhões de euros. O FSE+ apresentava valores semelhantes, com 1.049,2 milhões de euros aprovados (43,5%), seguindo-se o Fundo de Coesão, com 168,2 milhões de euros (7,0%). Já o FEAMPA, que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa MAR 2030, representa 74,6 milhões de euros (3,1%), e o Fundo para uma Transição Justa, com 52,2 milhões de euros (2,2%), tinham pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2030, na Região Centro
(31 de dezembro de 2025)



Quadro 14 - Aprovações nos Programas do PORTUGAL 2030 na Região Centro (valores acumulados)	31 de dezembro 2025		30 de setembro 2025		31 de dezembro de 2024	
	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado
	Euros		Euros		Euros	
TOTAL no Centro*	3.784.832.727	2.412.435.601	3.163.653.233	2.043.080.085	1.631.620.035	1.089.442.275
PROGRAMAS TEMÁTICOS						
COMPETE 2030	998.419.205	459.394.301	804.131.859	370.474.439	369.697.670	156.042.493
PESSOAS 2030	1.063.434.694	903.927.981	919.793.154	781.824.181	564.215.210	479.582.929
SUSTENTÁVEL 2030	208.122.065	168.240.503	207.088.650	167.362.100	186.662.030	158.662.726
MAR 2030	170.973.759	74.645.451	124.328.828	56.336.577	x	x
PROGRAMA REGIONAL						
CENTRO 2030	1.343.883.004	806.227.366	1.108.310.742	667.082.788	511.045.124	295.154.127

x: Não disponível

* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios aplicados na região encontram-se subavaliados.

O **Programa COMPETE 2030**, Programa Temático Inovação e Transição Digital, intervindo sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Continente, assume a agenda temática de promoção da competitividade da economia nacional, quer através da aposta na investigação e inovação (I&I), quer através da promoção da sustentabilidade e da autonomia energética, constituindo a qualificação dos ativos empresariais um instrumento nesta estratégia. O COMPETE 2030 tem uma dotação programada de 3,9 mil milhões de euros de fundos europeus. Até 31 de dezembro de 2025, este programa concentrava 459,4 milhões de euros de fundos europeus aprovados na Região Centro (19,0% do total aprovado na região), sendo a quase totalidade FEDER (97,3%). Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 88,9 milhões de euros, justificado, sobretudo, pelo acréscimo de 73,8 milhões de euros nas aprovações de projetos empresariais de inovação produtiva.

Nos sistemas de incentivos é relevante distinguir entre Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE) e Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D).

Os SICE, dirigidos às empresas, têm por objetivo a capacitação empresarial através da melhoria da capacidade produtiva e também da aposta na qualificação, digitalização e internacionalização dos modelos de negócio, desagregando se em três tipologias de intervenção: Inovação Produtiva; Qualificação e Internacionalização das PME. Até 31 de dezembro de 2025, estavam aprovados 336,5 milhões de euros de fundo europeu nos SICE, dos quais 93,1% se dirigiam à inovação produtiva (313,2 milhões de euros), 3,8% à internacionalização das PME (12,9 milhões de euros) e, ainda, 3,1% à qualificação das PME (10,5 milhões de euros). Este valor correspondia a 73,3% do total de fundos aprovados na região pelo COMPETE 2030. Face ao período anterior, ocorreu um aumento de 79,8 milhões de FEDER aprovado nos SICE, justificado pelo aumento de 73,8 milhões de euros nos incentivos dirigidos à inovação produtiva e de 6,0 milhões de euros para a qualificação das PME.

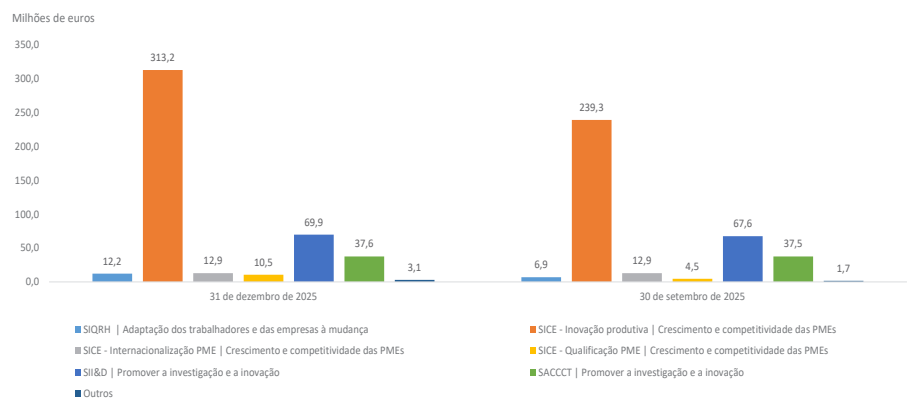
Já os Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D) visam promover o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), nas categorias de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, estimulando a sua valorização económica e a promoção de inovação em domínios prioritários de especialização inteligente, incluindo o reforço da articulação entre as empresas (em particular as PME) e as instituições científicas e tecnológicas. No quarto trimestre de 2025, encontravam-se aprovados 69,9 milhões de euros de FEDER (15,2% do total aprovado pelo programa na região), destinados a apoiar a I&D empresarial (68,1 milhões de euros) e a internacionalização de I&D (1,8 milhões de euros).

O Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT) concentrava 37,6 milhões de euros de FEDER aprovado (8,2% do total aprovado), tratando-se de apoio a projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), especificamente de Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (ENESII). De referir que,

neste sistema de apoio, os projetos apoiados têm de ser reconhecidos internacionalmente, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação nos vários domínios científicos alinhados com as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) e com o propósito de estimular uma economia de elevado valor acrescentado, bem como a excelência, a cooperação e a internacionalização, visando processos de inovação com finalidade de mercado e o aumento da criação de conhecimento para resposta a desafios empresariais e sociais.

De destacar ainda, o Sistema de Incentivos à Qualificação de Recursos Humanos (SIQRH), mais concretamente, os apoios à adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança, que totalizavam 12,2 milhões de euros de FSE+ aprovado, após um acréscimo de 5,3 milhões de euros neste quarto trimestre de 2025 (correspondendo a 2,7% do total aprovado pelo COMPETE 2030 na região).

Fundo europeu aprovado no Programa Temático COMPETE 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



O **Programa PESSOAS 2030** é o Programa Temático dedicado à demografia, qualificações e inclusão, com uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões, exclusivamente de FSE+, dirigindo-se maioritariamente às regiões menos desenvolvidas do Continente (já que algumas das suas medidas podem abranger as regiões de Lisboa e do Algarve, região mais desenvolvida e região em transição, respetivamente). A 31 de dezembro de 2025, neste Programa Temático, encontravam-se aprovados na região 903,9 milhões de euros de FSE+ (37,5% do total de fundos europeus aprovados na região), referentes a 1.063,4 milhões de euros de investimento elegível. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 122,1 milhões de euros de FSE+ aprovado neste Programa, justificado, sobretudo, pelo aumento dos apoios aos cursos profissionais (acréscimo de 86,7 milhões de euros) e pelo aumento dos apoios aos estágios profissionais (acréscimo de 11,0 milhões de euros).

Neste trimestre, continuaram a destacar-se os cursos profissionais, que se mantêm, desde o início deste período de programação, como a tipologia com maior volume de aprovações deste programa na região, representando 44,0% do total aprovado. Têm por objetivo a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Neste trimestre, com um aumento de 86,7 milhões de euros, o montante aprovado de FSE+ para estes cursos, na região, totalizava 398,1 milhões de euros.

Os estágios profissionais concentravam 9,1% do fundo europeu aprovado neste programa na região (82,4 milhões de euros, após um acréscimo de 11,0 milhões de euros), respeitando à medida estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas.

As bolsas de ensino superior para alunos carenciados absorviam 6,5% do FSE+ aprovado e representam 59,0 milhões de euros, sendo que, neste quarto trimestre, não registaram nenhum acréscimo financeiro.

As medidas de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade totalizavam 57,9 milhões de euros de FSE+ aprovado (6,4% do total aprovado, após o acréscimo de 6,6 milhões de euros neste trimestre), destinados a apoiar ações de formação que permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, potenciando a sua inclusão social.

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) mantêm o valor das aprovações do trimestre anterior e totalizavam 47,9 milhões de euros (5,3% do total aprovado), correspondendo a percursos formativos de dupla certificação, que combinam educação escolar e formação profissional. Adaptados às necessidades dos adultos, oferecem percursos flexíveis que permitem obter uma certificação escolar (do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário) e/ou uma qualificação profissional de nível 1, 2, 3 ou 4, conforme o Quadro Nacional de Qualificações. São uma oportunidade de aprendizagem ao longo da vida, permitindo melhorar as competências e qualificações dos adultos com baixos níveis de qualificação de base.

A nova geração dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G) mantém o mesmo volume de aprovações do trimestre anterior, ou seja 42,9 milhões de euros de FSE+ aprovado (4,7% do total aprovado). Estes contratos têm por finalidade reforçar as políticas já anteriormente desenvolvidas para promover a inclusão social dos grupos mais fragilizados, de forma multisectorial e integrada, através de ações em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (os territórios de intervenção dos CLDS encontram-se previamente identificados tendo em conta a sua vulnerabilidade social).

Seguem-se os apoios à contratação que representavam 4,6% do FSE+ aprovado (41,7 milhões de euros). Tratam-se de medidas de acesso ao emprego que visam apoiar a criação de oportunidades de emprego para os públicos com maiores dificuldades de acesso, tal como, os jovens, em particular os jovens NEET (jovens que não trabalham, nem estão em educação ou formação).

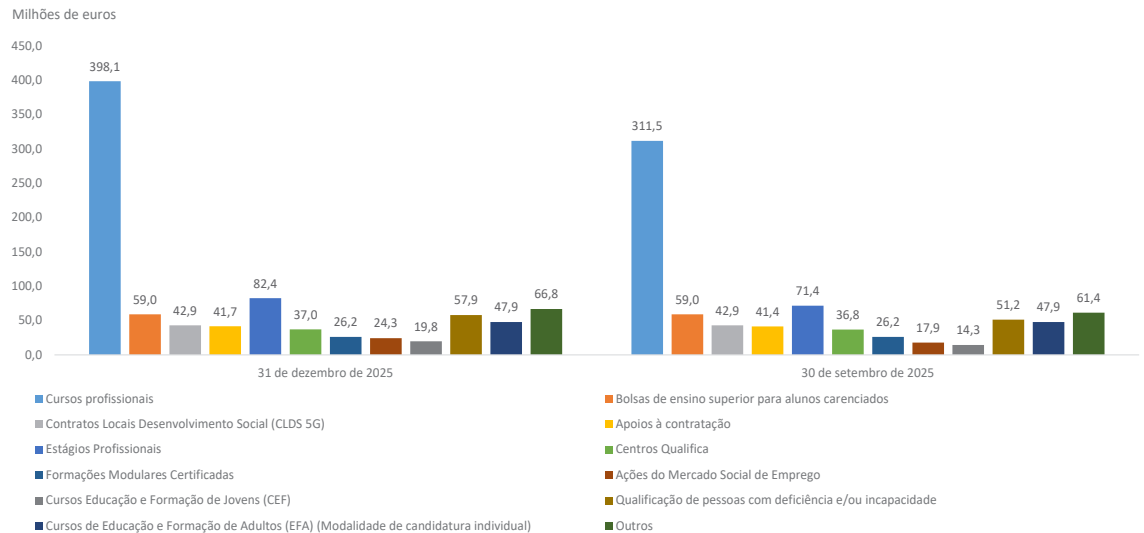
De referir também os Centros Qualifica que concentravam 4,1% do FSE+ aprovado neste programa (37,0 milhões de euros), tendo por objetivo melhorar os níveis de qualificação dos adultos, contribuindo para a progressão da qualificação da população e para a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

As formações modulares certificadas mantêm o montante de FSE+ aprovado do trimestre anterior (26,2 milhões de euros), representando 2,9% do total aprovado. Estas formações visavam essencialmente aprofundar as competências dos adultos, tendo em vista o exercício de uma ou mais atividades profissionais, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da empregabilidade.

As Ações do Mercado Social de Emprego representam 2,7% do total do FSE+ aprovado no PESSOAS 2030 na região, traduzindo-se em 24,3 milhões de euros, após um acréscimo de 6,4 milhões de euros neste quarto trimestre de 2025. Esta tipologia de financiamento procura apoiar a realização de atividades sociais ou coletivas temporárias, desenvolvidas por desempregados inscritos no Serviço Público de Emprego a fim de promover o seu contacto com o mercado de trabalho, de forma a preservar e melhorar as suas competências socioprofissionais.

Finalmente, destacam-se os Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) que, neste último trimestre, registaram um acréscimo de 5,5 milhões de euros, totalizando 19,8 milhões de euros de FSE+ (2,2% do total). Estes cursos destinam-se a apoiar escolas profissionais, públicas e privadas, bem como as do ensino particular e cooperativo, que promovam estes cursos de dupla certificação para jovens, com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola, antes ainda da conclusão 3.º ciclo do ensino básico. Incluídos na oferta de cursos de dupla certificação, os cursos CEF disponibilizam um percurso formativo adaptado aos jovens que procuram uma vertente de ensino de carácter prática, técnica e mais ligada ao mercado de trabalho, sem prejuízo da sua formação geral.

Fundo social europeu aprovado no Programa Temático PESSOAS 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



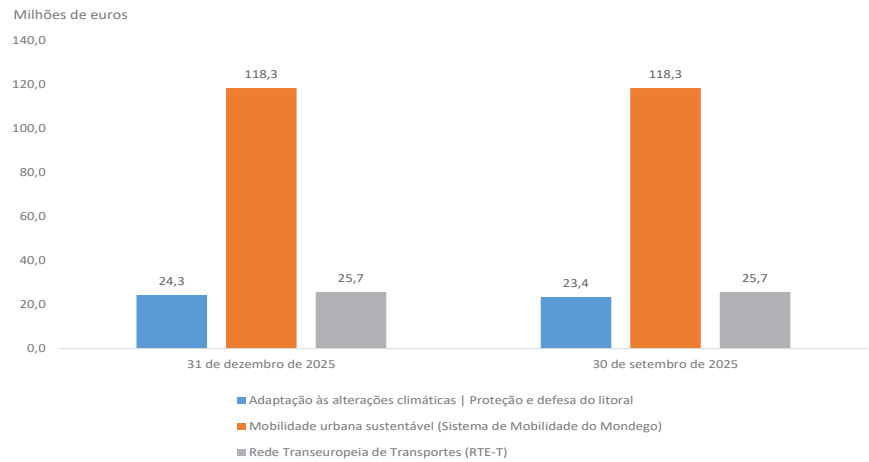
O **Programa SUSTENTÁVEL 2030** é o Programa Temático dedicado aos desafios da transição energética e climática e da neutralidade carbónica, abrangendo desafios como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável e tem uma dotação de 3,1 mil milhões de euros de Fundo Coesão (fundo apenas mobilizado por este Programa). Até 31 de dezembro de 2025, na Região Centro, estavam aprovados 208,1 milhões de euros de investimento elegível e 168,2 milhões de euros de Fundo de Coesão, correspondendo a 7,0% dos fundos europeus aprovados na região. Neste trimestre, registou-se um acréscimo de 878 mil euros de fundo aprovado neste Programa.

Deste volume de aprovações, 118,3 milhões de euros (ou seja, 70,3% do fundo aprovado neste programa na região) respeitavam à mobilidade urbana sustentável, mais concretamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego (Metrobus). Este é um sistema que utiliza autocarros elétricos a baterias, ligando os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo. Esta tipologia de investimento não sofreu alterações financeiras no quarto trimestre de 2025.

A Rede Transeuropeia de Transportes também manteve, neste trimestre, o mesmo valor de fundo europeu aprovado, totalizando 25,7 milhões de euros de Fundo de Coesão (15,3% do total do fundo aprovado), sem acréscimo financeiro neste quarto trimestre. Tratam-se de intervenções na Região Centro em ferrovia e portos marítimos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente para duplicação do Ramal de Alfarelos no troço Verride-Marujal (10,8 milhões de Fundo de Coesão), na ligação entre a Linha do Norte e a Linha do Oeste, para melhoria das acessibilidades marítimas e das infraestruturas portuárias do Porto da Figueira da Foz (9,2 milhões de euros), implementação de portarias digitais no Porto de Aveiro (4,0 milhões de euros) e modernização tecnológica do VTS (*Vessel Traffic Service*) do Porto de Aveiro (1,7 milhões de euros).

Por fim, as medidas de adaptação às alterações climáticas, designadamente de proteção e defesa do litoral, totalizavam 24,3 milhões de euros de Fundo de Coesão (14,4% do total do fundo aprovado), tendo sido a única tipologia, deste Programa Temático, que registou um aumento de fundo aprovado, neste quarto trimestre de 2025. Este aumento corresponde à aprovação de um novo projeto do Município Torres Vedras, que totalizam 878 mil euros, destinados, à estabilização da arriba da Praia da Assenta, no Porto da Assenta.

Fundo de coesão aprovado no Programa Temático SUSTENTÁVEL 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



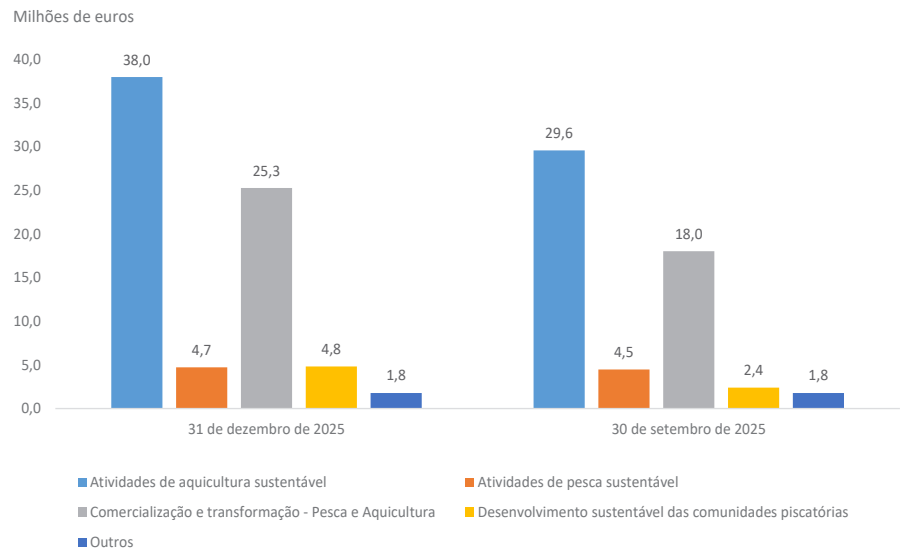
O **Programa MAR 2030** é um Programa Temático que abrange todo o território nacional e tem por objetivo implementar as medidas de apoio financiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). Este programa visa apoiar investimentos de sustentabilidade das pescas, eficiência energética e descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local, com uma dotação financeira de 392,6 milhões de FEAMPA. Neste quarto trimestre de 2025, o MAR 2030 apresentou um investimento elegível aprovado de 171,0 mil milhões de euros, traduzindo-se em 74,6 milhões de euros de FEAMPA, que representam 3,1% da totalidade dos fundos afetos à Região Centro. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 74,6 milhões de euros, reflexo de novas aprovações de projetos em quase todas as tipologias.

As atividades de aquicultura sustentável são a tipologia de investimento com maior peso regional no MAR 2030, representando 50,9% da totalidade do FEAMPA aprovado na região (38,0 milhões de euros), destinados a apoiar investimentos para melhorar o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares. Neste quarto trimestre, o fundo aprovado aumentou 8,4 milhões de euros, dos quais 8,0 milhões estão afetos à construção de um módulo de engorda de linguado, numa empresa de atividades piscícolas localizada no município de Mira.

A tipologia “comercialização e transformação - pesca e aquicultura”, que visa promover a comercialização, a qualidade, o valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura, assim como a transformação destes produtos, representava 33,9% das aprovações do MAR 2030 na região e traduzia-se em 25,3 milhões de euros de FEAMPA aprovado. Esta tipologia de investimento registou um acréscimo de fundo aprovado de 7,2 milhões de euros, referentes a quatro novos projetos de crescimento e de otimização de unidades fabris nos municípios de Caldas da Rainha, Peniche, Ourém, Torres Vedras e Murtosa.

O desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias concentrava 4,8 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região (acrécimo de 2,4 milhões de euros neste trimestre), representando 6,5% do total neste programa. Já as atividades de pesca sustentável agregavam, neste quarto trimestre, 4,7 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região, representando 6,3% do total aprovado neste Programa Temático para o Centro, tratando-se, sobretudo de apoios a investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos.

Fundo FEAMPA aprovado no Programa Temático MAR 2030, na Região Centro, por objetivos específicos (valores acumulados)



Finalmente, o **Programa Regional CENTRO 2030** é o programa da Política de Coesão exclusivamente dedicado para a Região Centro, com uma dotação de 2,2 mil milhões de euros de FEDER, FSE+ e FTJ, destinada a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. O CENTRO 2030 era, até 31 de dezembro de 2025, responsável por 33,4% dos fundos europeus aprovados na região, correspondendo a 806,2 milhões de euros de fundos e a 1.343,8 milhões de euros de investimento elegível. Neste quarto trimestre de 2025, ocorreu um acréscimo de 139,1 milhões de euros nos fundos aprovados, justificado, sobretudo, pela aprovação de novos projetos de desenvolvimento integrado nas zonas urbanas (acrécimo de 26,2 milhões de euros), pelo aumento dos apoios ao crescimento e competitividade das PME's (em 25,1 milhões de euros), a projetos do Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (acrécimo de 14,5 milhões de euros) e, ainda, a infraestruturas de educação e formação (aumento de 12,0 milhões de euros de FEDER).

No Centro 2030, o crescimento e competitividade das PME's é o objetivo específico com mais investimento elegível (504,4 milhões de euros) e FEDER (205,2 milhões de euros) aprovados. Uma significativa parte deste fundo (78,2%) destinava-se a projetos de inovação produtiva, enquadrados no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE), com 160,6 milhões de euros de FEDER atribuído, que correspondem a 19,9% do total aprovado pelo Programa Regional. A inovação produtiva foi das tipologias com maior crescimento de aprovações face ao trimestre anterior, com um aumento de 16,2 milhões de euros de FEDER aprovado.

No âmbito deste objetivo específico do crescimento e da competitividade das PME's, salienta-se, também, o Sistema de Incentivos de Base Territorial, que totalizava 23,8 milhões de euros de FEDER aprovado e destina-se a projetos de investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e para a expansão ou modernização da sua atividade nos territórios de intervenção de cada uma das Comunidades Intermunicipais (CIM). Neste trimestre, ocorreu um aumento de 7,4 milhões de euros no fundo aprovado nesta tipologia de apoios, tendo já todas as CIM projetos aprovados.

As restantes aprovações neste objetivo específico totalizavam 20,8 milhões de euros de fundo europeu, correspondendo a áreas de acolhimento empresarial de base não tecnológica (12,1 milhões de euros de FEDER aprovado), a infraestruturas de apoio à competitividade de base não tecnológica do Pinhal Interior (ou seja, áreas de acolhimento empresarial e incubadoras/espços de *cowork* da ITI Pinhal Interior, que totalizavam 5,2 milhões de euros) e a ações coletivas de internacionalização (que concentravam 3,6 milhões de euros de FEDER aprovado).

Em termos de montantes totais aprovados segue-se a promoção da investigação e da inovação, com 95,9 milhões de euros FEDER, correspondendo a 11,9% das aprovações do Programa Regional. Neste objetivo específico, destaca-se o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SIID), com 61,3 milhões de euros de fundo europeu aprovado, destinados a apoiar projetos de investigação e desenvolvimento (I&D) empresarial (59,2 milhões de euros FEDER), a internacionalização de I&D (2,1 milhões de euros FEDER) e a proteção da propriedade intelectual e industrial (38 mil euros FEDER), correspondendo a 7,6% dos fundos aprovados no Programa Regional.

Ainda no contexto da promoção da investigação e inovação, é de destacar o Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT), destinado a apoiar projetos de investigação científica e tecnológica de entidades não empresariais do sistema de I&I, com o objetivo de reforçar as capacidades regionais de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, apoiando a acumulação de competências científicas relevantes em áreas fundamentais para a concretização da estratégia regional de especialização inteligente, que totalizava 27,6 milhões de euros FEDER, após o acréscimo de 14,5 milhões de euros no quarto trimestre de 2025. Tratam-se de apoios a projetos de investigação e de inovação em centros de investigação públicos, estabelecimentos de ensino superior e outros centros de competências e, ainda, o apoio a investimentos em ativos fixos, mais concretamente o apoio à infraestrutura científica “MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento”. Este projeto totaliza 12,4 milhões de euros de FEDER, destinados a concluir a construção do edifício de acolhimento da infraestrutura (sito no Pólo III da Universidade de Coimbra) e a dotá-lo de equipamentos laboratoriais tecnologicamente avançados.

De referir ainda, neste contexto da investigação e inovação, as Ações Coletivas de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico, que totalizavam, no quarto trimestre de 2025, 6,8 milhões de euros de FEDER aprovado, destinados ao financiamento de projetos de transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centros de investigação e o setor do ensino superior. Mantém-se em destaque, nesta tipologia de investimento, o apoio de 3,5 milhões de euros aprovados que financiaram o projeto INOVCT+, entendido como um ecossistema de inovação para transferência de conhecimento e tecnologia na economia regional, que procura estimular a transformação de resultados de I&DT em novos ou melhorados produtos, serviços ou processos produtivos e organizacionais, incluindo ações de espectro diverso devidamente alinhadas com a RIS3 do Centro.

Numa outra área temática de financiamento do Programa Regional do Centro encontra-se o desenvolvimento integrado nas zonas urbanas, que totalizava 85,8 milhões de euros de FEDER aprovado no final de 2025, após um significativo acréscimo de 26,2 milhões de euros neste trimestre. Este valor de FEDER aprovado corresponde a diversas áreas de investimento destacando-se a reabilitação física e segurança de espaços públicos (31,2 milhões de euros), a renovação de infraestruturas públicas visando a eficiência energética (18,2 milhões de euros), as infraestruturas de ensino primário e secundário (16,3 milhões de euros) e a proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais (8,7 milhões de euros). De referir que esta tipologia de investimentos está enquadrada nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) contratualizados com as Comunidades Intermunicipais da região, que envolvem uma dotação financeira global de cerca de 907 milhões de euros (cerca de 42% da dotação total do CENTRO 2030). Estes investimentos traduzem a dimensão territorial da política de coesão, para promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental integrado nos diferentes territórios da Região Centro.

Os apoios à rede transeuropeia de transportes totalizavam um montante aprovado significativo de 65,7 milhões de euros de FEDER (8,1% do total aprovado pelo programa), mantendo as aprovações do trimestre anterior, com destaque para o financiamento da conclusão da segunda fase da operação Linha do Oeste - Modernização do Troço Meleças - Caldas da Rainha – 2ª Fase operação PT 2020. Este projeto de investimento teve apoio financeiro no âmbito do Portugal 2020 - COMPETE 2020, mas não tendo sido concluído até ao final do ano de 2023, transitou para o atual quadro financeiro plurianual.

O investimento empresarial para uma transição justa no Médio Tejo também representava um valor significativo de aprovações do Programa Regional, concentrando, a 31 de dezembro de 2025, 52,2 milhões de euros de FTJ (mais 9,3 milhões de euros face ao trimestre anterior), ou seja, 6,5% das aprovações do Programa Regional. O FTJ mobilizado na Região Centro

destina-se a mitigar os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes (Médio Tejo), através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados. Neste trimestre, destaca-se a aprovação de um novo projeto, que totalizava 7,4 milhões de euros de FTJ, para apoiar investimentos produtivos numa empresa agroalimentar de Tomar. Destaque ainda, nesta tipologia, para os 6,0 milhões de euros de fundo destinados às novas instalações (construção e equipamento) para a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar, com vista à formação, requalificação e reconversão de recursos humanos nas áreas e tecnologias mais estratégicas para a transição justa do território.

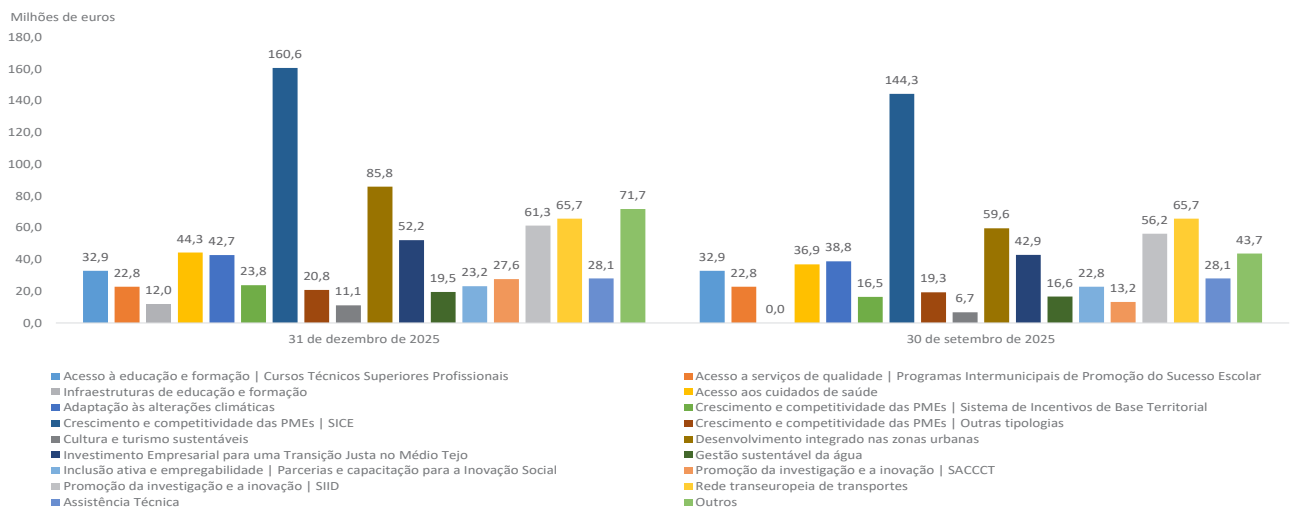
Os apoios dirigidos ao acesso aos cuidados de saúde totalizavam 44,3 milhões de euros, correspondendo a 5,5% do total do investimento aprovado no CENTRO 2030. Neste trimestre, esta tipologia de investimento registou um acréscimo de 7,4 milhões de euros de FEDER, dos quais 4,5 milhões de euros correspondem ao projeto de intervenção e requalificação no Hospital Dr. Manoel Constâncio, no município de Abrantes. Trata-se de um projeto de implementação de diversos investimentos, desde a urgência médico-cirúrgica, ao bloco operatório e cardiologia da unidade de Abrantes.

Os apoios dirigidos à adaptação às alterações climáticas totalizavam um FEDER aprovado de 42,7 milhões de euros, após um acréscimo de 3,9 milhões de euros neste quarto trimestre. Destaca-se a aprovação de 16 novos projetos no âmbito da proteção civil e gestão integrada dos riscos, que totalizam 18,5 milhões de euros. Estes projetos destinam-se a apoiar o investimento que contribuem para a mitigação das consequências resultantes das alterações climáticas nomeadamente em infraestruturas e meios de combate a incêndios rurais; a sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais e, ainda, ao reforço das competências em gestão de crises, através de sistemas de informação, vigilância e monitorização e cartografia de zonas de risco.

Neste quarto trimestre surge uma nova tipologia de investimento relativa ao apoio de infraestruturas de educação e formação, que totalizavam 16,2 milhões de investimento elegível, a que corresponde 12,0 milhões de euros FEDER aprovado. Tratam-se de cinco projetos, designadamente da Universidade de Coimbra e dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Coimbra, Tomar e Viseu, com o objetivo de melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha. Os projetos contemplam a construção de salas de aula, incluindo laboratórios de aprendizagem e centros de inovação e valorização. No caso particular do Politécnico de Coimbra, o projeto contempla a construção de novas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Oliveira do Hospital.

Por fim, no CENTRO 2030, os projetos financiados pelo FSE+ concentravam 16,5% dos fundos europeus aprovados no Programa Regional, traduzindo-se em 133,0 milhões de euros (mais 5,6 milhões de euros do que no quarto trimestre de 2025). Destas aprovações, destaca-se o financiamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (32,9 milhões de euros, que mantém o mesmo valor do trimestre anterior), oferta educativa de natureza profissional, inserida no ensino superior, não conferente de grau académico e que visa reforçar a qualificação da população e a sua integração no mercado de trabalho; o financiamento de Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (22,8 milhões de euros, que também mantém o mesmo valor do trimestre anterior), da responsabilidade das oito Comunidades Intermunicipais e que visam a promoção do sucesso educativo, combatendo as insuficiências na qualidade das aprendizagens de uma parte significativa da população escolar, agravadas pela pandemia Covid-19; e ainda, as Parcerias e Capacitação para a Inovação Social (23,2 milhões de euros), que se destinam a apoiar o desenvolvimento de iniciativas de inovação e empreendedorismo social com elevado potencial de impacto social na região e o desenvolvimento de competências de gestão nas equipas envolvidas na sua implementação.

Fundo europeu aprovado no Programa Regional CENTRO 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



A 31 de dezembro de 2025, 75,4% da dotação do Programa Regional CENTRO 2030 tinha sido colocada a concurso através dos 165 avisos de concurso disponibilizados até esta data, a que correspondem 1,6 mil milhões de euros de fundos europeus. Destes avisos de concurso, 123 encontravam-se encerrados, com uma dotação de 801,6 milhões de euros de fundos europeus (48,9% dos fundos colocados a concurso até esta data). Os restantes 42 avisos de concurso mantinham-se abertos com uma dotação global de fundo de 836,5 milhões de euros.

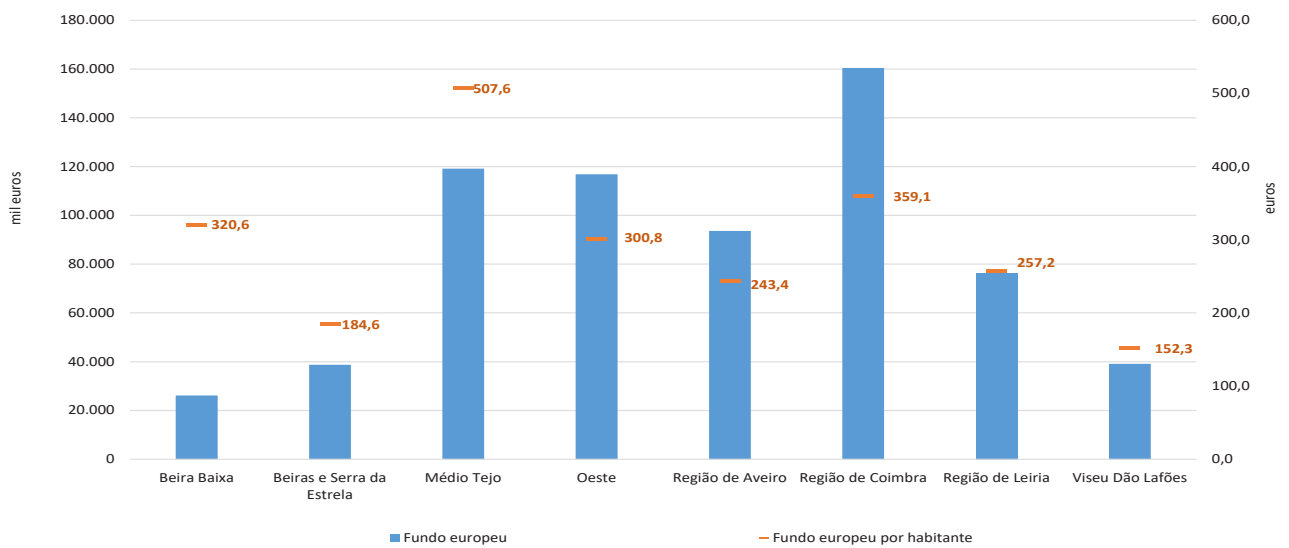
No quarto trimestre de 2025, estavam aprovadas 1.483 operações, que perfaziam um investimento total de 1.650,3 milhões de euros e beneficiavam de um fundo europeu aprovado de 806,2 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado no Programa Regional envolvia um investimento total de 1,1 milhões de euros, um investimento elegível de 906 mil euros e um apoio europeu de 544 mil euros.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2030: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)

		dezembro 2025	setembro 2025	junho 2025	março 2024	dezembro 2024
Concursos						
Total	número	165	153	138	128	115
Fundo europeu	milhões €	1.638,0	1.610,0	1.505,0	1.310,1	1.181,3
	% da dotação de fundo	75,4	74,1	69,3	60,3	54,4
Em aberto	número	42	54	45	50	61
Fundo europeu	milhões €	836,5	928,3	859,0	815,8	778,6
Encerrados	número	123	99	93	78	54
Fundo europeu	milhões €	801,6	681,6	647,0	494,3	406,6
Operações aprovadas						
Total	número	1.483	1.195	833	620	472
Investimento total	milhões €	1.650,3	1.379,5	961,9	751,8	567,8
Investimento elegível	milhões €	1.343,9	1.108,3	844,2	656,1	511,0
Fundo europeu	milhões €	806,2	667,1	490,8	392,8	295,2

Em termos sub-regionais foram a Região de Coimbra, o Médio Tejo (essencialmente pelas aprovações no âmbito do FTJ), o Oeste, a Região de Aveiro e a Região de Leiria que absorveram o maior volume de apoios (19,9%, 14,8%, 14,5%, 11,6% e 9,5%, respetivamente). O Médio Tejo também apresentava a maior intensidade de apoio por habitante (507,6 euros de fundo europeu por habitante). Já a Beira Baixa, apesar de ter recebido, até ao momento, o menor montante de apoio, apresentava o terceiro maior valor de fundo europeu aprovado por habitante entre as oito sub-regiões do Centro (320,6 euros de fundos europeus por habitante). A média regional cifrava-se nos 350,5 euros de fundo europeu por habitante.

Fundo europeu aprovado no CENTRO 2030 por NUTS III (31 de dezembro de 2025)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obra

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

- Estatísticas das Obras Concluídas

- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município

- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Plano de Recuperação e Resiliência

Site do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal (página “PRR por Regiões”)

Portugal 2030

Site do PORTUGAL 2030 (lista de operações aprovadas; boletins mensais n.ºs 19, 22, 25, 28 e 31; informação sobre avisos de concurso)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2025 foi recolhida até ao dia 13 de março de 2026.

